

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS - UNIEVANGÉLICA
MESTRADO EM SOCIEDADE, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

WILSON CLÉRIO PAULUS

**ADAPTAÇÃO ESTRATÉGICA VOLTADA AO TURISMO CULTURAL:
O CASO DA CIDADE DE GOIÁS**

ANAPÓLIS-GOIÁS

2013

WILSON CLÉRIO PAULUS

**ADAPTAÇÃO ESTRATÉGICA VOLTADA AO TURISMO CULTURAL:
O CASO DA CIDADE DE GOIÁS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu - Mestrado em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente do Centro Universitário de Anápolis - UniEVANGÉLICA, como requisito final para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Luiz Machado

ANÁPOLIS - GOIÁS

2013

P333

PAULUS, Wilson Clério.

Adaptação estratégica voltada ao turismo cultural: o caso da Cidade de Goiás. / Wilson Clério Paulus – Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica, 2013.

80 p.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Luiz Machado
Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente – Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica, 2013.

1. Cidade de Goiás 2. Patrimônio Cultural 3. Turismo Cultural 4. Adaptação estratégica. I. Machado, Ricardo Luiz II. Título.

Catálogo na Fonte
Elaborado por Hellen Lisboa de Souza CRB1/1570

CDU 504

WILSON CLÉRIO PAULUS

**ADAPTAÇÃO ESTRATÉGICA VOLTADA AO TURISMO CULTURAL: O CASO DA
CIDADE DE GOIÁS**

Banca Examinadora

Prof. Dr. Ricardo Luíz Machado
(Orientador - UniEVANGÉLICA)

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro
(Avaliador externo - UFG)

Prof. Dr. Sandro Dutra e Silva
(Avaliador interno - UniEVANGÉLICA)

Profa. Genilda D'Arc Bernardes
(Suplente – UniEVANGÉLICA)

Anápolis - GO

Dedico esta dissertação a minha mãe (in memoriam) que foi muito importante na minha vida, na transmissão de valores éticos e morais. A minha família, namorada e aos meus amigos, que sempre torceram muito por mim. Ao meu professor Ricardo Machado, que com sabedoria e extrema paciência, me orientou tornando-se um grande parceiro nessa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente ao dom da vida. A minha amada mãezinha (*in memorian*) que me deixou amor e sólidos princípios éticos e morais.

A minha namorada, Mara Rúbia, que sempre esteve comigo nos momentos de dificuldade.

Os meus sinceros agradecimentos ao meu orientador Professor Doutor Ricardo Luiz Machado, pela competência, pela paciência e atenção que sempre demonstrou ao longo dos trabalhos.

Aos meus colegas de curso, pelos momentos de alegria e angústia compartilhados.

Ao pessoal da Cidade de Goiás, que me recepcionou com muito carinho e comprometimento com a pesquisa.

Aos colegas de trabalho Eude, Gislene, Noeli, Neyde Maria, dentre outros (as), pelo apoio, auxílio, incentivo e motivação.

A todos que de maneira direta ou indireta, contribuíram e colaboraram para que este estudo fosse realizado.

RESUMO

A Cidade de Goiás é reconhecida pelo seu importante papel na história do estado de Goiás. Fundada no século XVIII a partir das primeiras bandeiras paulistas instaladas na região, a antiga Vila Boa se estruturou com um aparato administrativo se tornando capital do estado. Dois importantes momentos são destacados na História da Cidade de Goiás, o primeiro foi a decadência da produção aurífera, ainda no século XVIII, e o segundo foi a transferência da capital administrativa, tendo o município perdido o *status* de capital do estado de Goiás na década de 1930 para Goiânia. A partir de 1950 a Cidade de Goiás inicia ações para o turismo cultural. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa foi analisar as adaptações estratégicas voltadas para o turismo cultural, ocorridas a partir da década de 1950 até 2011, na Cidade de Goiás e sua importância na aquisição do título de Patrimônio Histórico da Humanidade. Nas transformações ocorridas as ações se voltaram para a adaptação dos espaços considerados bens patrimoniais e das festas religiosas que, ganharam uma nova roupagem se resignificando no decorrer das décadas abordadas. Porém, pôde se perceber que o processo de adaptação estratégica é constate em municípios que exploram a atividade turística. Partindo desse pressuposto, o estudo de caso foi utilizado como metodologia capaz de possibilitar a compreensão das peculiaridades do município e o processo de construção dessa experiência de adaptação estratégica de negócio.

Palavras-chave: Cidade de Goiás. História. Patrimônio cultural. Turismo cultural. Adaptação estratégica.

ABSTRACT

The Cidade de Goiás is recognized for its important role in the history of the state of Goiás. Founded in the eighteenth century from the early Paulistas flags installed in the region, the old Vila Boa was structured with a management apparatus becoming the state capital. Two important moments are highlighted in the history of the Town of Cidade de Goiás, the first was the decline of production aurífera, even in the eighteenth century, and the second was the transfer of the administrative capital, and the city lost its status as the capital of the state of Goiás in decade 1930 to Goiania. Since 1950 the City of Goiás initiates actions for cultural tourism. Accordingly, the objective of the research was to analyze the strategic adaptations geared to cultural tourism, which occurred from the 1950s until 2011, the City of Goiás and its importance in the acquisition of the title of World Heritage Site. On changes the actions turned to the adaptation of spaces assets and the religious parties that won a new guise is redefining addressed over the decades. However, one observes that the process of strategic adaptation is explored in municipalities that finds the tourist activity. Based on this assumption, the case study was used as a methodology capable of providing an understanding of the peculiarities of the municipality and the construction process of this experience of strategic adaptation business.

Key Words: Cidade de Goiás. Cultural heritage. Cultural tourism. Strategic adaptation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Casa de Fundação	33
Figura 2 – Ao centro da imagem está a Igreja da Boa Morte, atual museu, e a direita está o Palácio Conde dos Arcos	54
Figura 3 – O Museu das Bandeiras foi construído no século XVII por mão-de-obra escrava, funcionava como presídio para atender as necessidades de carceragem	55
Figura 4 - Os farricôcos na Procissão do Fogaréu, durante a Semana Santa, na Cidade de Goiás	58

LISTA DE ABREVIATURAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

FICA – Festival Internacional de Cinema Ambiental

FUNPATRI - Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural

OVAT – Organização Vilaboense de Artes e Tradições

SPHAN - Secretaria do Patrimônio Histórico e Nacional

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	15
1. Referencial Teórico Metodológico	15
1.1. Adaptação Estratégica	15
1.2. Organização e o ambiente organizacional	20
1.2.1. Ambiente aberto	22
1.3. Planejamento Estratégico	23
1.4. Cultura Organizacional	24
1.5. Implementação de Estratégias	26
1.6. Patrimônio cultural	27
1.6.1. Sentidos do patrimônio	27
1.6.2. Histórico da região	32
1.7. Governança	35
1.8. Considerações parciais	37
CAPÍTULO II	39
2. Metodologia Científica	39
2.1. Protocolo da Pesquisa	40
2.2. Critérios para inclusão e exclusão dos sujeitos	41
2.3. Estruturação do Modelo Teórico	42
2.4. Descrição do Objeto de Estudo	45
2.5. Delimitação da Pesquisa	46
2.6. Projeto da Pesquisa e Coleta de dados	47
2.7. Instrumentos de Pesquisa Destinados a obtenção de dados	48
2.7.1. Aplicação de entrevistas	48
2.7.2. Análise documental	49
2.7.3. Observação de campo	50
2.7.4. Procedimentos de análise dos dados	51
CAPÍTULO III	53
3. A Cidade de Goiás e seu patrimônio material e imaterial: o processo de adaptações estratégicas e a consolidação do turismo cultural	53
3.1. Período I - de 1950 a 1970	53
3.2. Período II - de 1970 a 1990	59
3.3. Período III – 1990 a 2011	62
3.4. Estratégias para o turismo sustentável	65

CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	75
APÊNDICE	80

INTRODUÇÃO

A beleza da Cidade de Goiás atrai pessoas de várias partes do país e do mundo, movimentando um turismo motivado pelo patrimônio cultural e pelo patrimônio natural, fácil de admiração e contemplação por parte dos visitantes. O patrimônio vilaboense adquire reconhecimento da sociedade de forma lenta e gradual, mas foi com a transferência da capital na década de 1930 para Goiânia que a sociedade vilaboense percebeu uma relevância econômica. Com a transferência da capital, a população se sentiu sem perspectivas político-econômicas e a mercê de incertezas diante da configuração política que se instalara no estado de Goiás nos anos subsequentes a 1930.

Contudo, grupos locais detentores do poder econômico e intelectual identificaram na atividade turística, uma possibilidade que pudesse, futuramente, sobrepor o momento conturbado, articulando ações e políticas que incentivassem a conservação e a preservação de todo o patrimônio que, aos poucos, constituiu o centro histórico da cidade.

Diante das mudanças estruturais ocasionadas pelo turismo cultural, o município adquire uma nova perspectiva econômica, sendo inserido em um contexto em que a elaboração e a constituição de uma adaptação estratégica ganha um formato peculiar e se volta para a consolidação da atividade turística no município.

Criar artifícios para o fortalecimento da estrutura turística fez com que surgissem oportunidades antes inexistentes. Os museus, as bibliotecas, o centro histórico como um todo, favoreceram a possibilidade de rememorar um pouco da constituição da história do Estado de Goiás e, porque não dizer, da história do país no seu período colonial.

A quantidade e as funções das construções coloniais chamam a atenção, promovendo a percepção das formas de administração do Estado Colonial e as formas de divisão do poder na época.

As ações realizadas com o intuito de promover o patrimônio cultural foram de fundamental importância para que em 2001, a Cidade de Goiás recebesse o título de Patrimônio Histórico da Humanidade, e também, assumisse uma grande

responsabilidade, a de preservar seu patrimônio para o conhecimento das gerações futuras. O turismo para o município é uma atividade de extrema relevância e, conseqüentemente, promove a cidade e apresenta o que ela tem de melhor aos seus visitantes.

O pensamento estratégico e as adaptações são constantemente fomentadas pelo empenho por parte de grupos organizados de instituições públicas e sociedade civil, preocupados em fortalecer as estratégias turísticas a fim de incentivar a economia local.

O pensamento estratégico na administração dispõe de crescentes pesquisas e grande influência na área das ciências humanas, possibilitando constantes mudanças de posicionamento das organizações. Considerando que este estudo enfoca a adaptação estratégica, mas destaca também a importância da história do patrimônio cultural e da identidade dos moradores da Cidade de Goiás. Logo, seria importante definir que a linha de pesquisa percorrida transita nas áreas de Sociedade, Meio Ambiente e Tecnologia, numa perspectiva voltada a gestão.

A importância da elaboração do problema na pesquisa ocorre por a Cidade de Goiás ser reconhecida pelo seu importante papel na história do estado de Goiás. Fundada no século XVIII a partir das primeiras bandeiras paulistas instaladas na região, a antiga Vila Boa desenvolveu-se através da exploração do ouro às margens do Rio Vermelho. Cercada por morros e serras que evidenciam a beleza do cerrado, a cidade possui uma característica peculiar e o Rio Vermelho contribui para ampliar e ilustrar sua riqueza natural.

Palacín (1995) relaciona o início da chegada das bandeiras paulistas com a descoberta do ouro, as bordas do Rio Vermelho serviram de dormitório para os indivíduos que ali se fixavam. Após mais de uma década de mineração, fez-se necessário a permanência desses indivíduos que careciam de um mínimo de estrutura. Nesse sentido, abriram trilhas e estradas, vasculharam rios e montanhas, desviaram correntes de rios, desmataram e limpavam regiões inteiras.

A mineração teve seu apogeu de 1737 a 1753, atraindo um grande volume de pessoas, aumentando a população e suas necessidades. Em 1744 a Comarca de Goiás emancipa-se de São Paulo e adquire autonomia, tornando-se a Capitania

Geral, tendo Vila Boa como sua capital (PALACÍN, 1994).

No início do século XIX, o desenvolvimento econômico levou a Secretaria de Estado dos Negócios do Império Português a reconhecer Vila Boa como cidade, denominando-a cidade de Goiás. Também ocorre a criação de seu município, Capital da Província de Goiás. Assim, com tantas mudanças ocorrendo, a atenção do Império se volta para a instalação de um setor da administração que controle todo o processo de extração do ouro e as relações sociais que estavam se constituindo.

De acordo com Palacín (1994), tais medidas refletiram na construção de várias obras, como a casa de fundição, o presídio, igrejas, dentre outras, que carregam um valor histórico inestimável e que reforçam a cultura e a memória dos moradores da cidade. Esse espaço que se configurou, transformou-se em um lugar de reconhecida riqueza cultural e berço da cultura goiana.

Com o fim da exploração aurífera, muitas pessoas abandonaram a capitania e outras atividades econômicas surgiram como, por exemplo, a agropecuária que foi fundamental, por causa da grande proporção de terras desocupadas, o que permitiu aos remanescentes do período aurífero a permanecer na região. Assim a atividade agropecuária ganhou destaque e fortaleceu um novo período econômico, não se limitando apenas a Cidade de Goiás, mas se estendendo para todo o estado.

Em 23 de março de 1937 a Cidade de Goiás deixa de ser capital do estado, e sua representação foi transferida para a cidade de Goiânia, o que causou grande insatisfação e o desolamento da sociedade vilaboense. Porque como capital, o município se concentrava a administração pública do estado e, com a transferência, essa estrutura administrativa estadual deveria se deslocar para Goiânia. Assim, grande parte dos recursos econômicos deixou de circular na Cidade de Goiás, contribuindo para um enfraquecimento da economia local, uma vez que esse enfraquecimento teve início com a decadência da atividade mineradora.

Nessa perspectiva, diante de tantos eventos com inícios e rupturas, buscou-se valorizar essa história. Os prédios no centro histórico da Cidade de Goiás, tombados pelo IPHAN a partir de meados da década de 50 até 70, com o empenho da sociedade civil, governos municipal e estadual, fazem parte de iniciativas que

contribuíram com a aquisição do título de Patrimônio da Humanidade (DELGADO, 2005). Nesse sentido, ao patrimônio cultural local agregou-se valor mercadológico, o que potencializou uma crescente movimentação turística, e movimentou a necessidade de readaptações das estratégias que consolidassem e fortalecessem essa atividade produtiva. Por meio desse trabalho, iniciado em meados do século XX, foram feitas intervenções que reorganizaram o centro histórico do município promovendo uma efetividade da atividade turística.

O desenvolvimento econômico do município foi motivo de muita desconfiança por parte da população e com o surgimento das capitais federal e estadual, a Cidade de Goiás ficou à margem das novas potencialidades econômicas que se configuraram no estado. O legado agropastoril do estado estava consolidado, quase todas as atividades produtivas tinham alguma relação com a herança da pós-mineração. Por outro lado, na década de 1960, inicia-se um empenho da sociedade vilaboense na tentativa de conseguir uma articulação no mercado promissor do turismo, vislumbrando em seu patrimônio histórico cultural um forte atrativo.

Inserido no importante relato histórico apresentado, emerge a seguinte questão norteadora desta pesquisa: como ocorreu o processo de adaptação de estratégias na Cidade de Goiás e o seu desdobramento com a aquisição do título de Patrimônio Histórico da Humanidade?

a) Como se realizou a adaptação e a implementação de estratégias, voltadas para o patrimônio histórico e cultural na Cidade de Goiás?

b) Como foi o processo de construção do conjunto de ações práticas e ideológicas que formaram o Patrimônio Histórico da Humanidade da Cidade de Goiás, e a potencialização desse patrimônio para se tornar atividade de valor turístico?

c) Como as ações de reestruturação do patrimônio cultural e as adaptações estratégicas impactaram a atividade turística da Cidade de Goiás?

O objetivo geral da pesquisa é analisar as adaptações estratégicas na Cidade de Goiás, ocorridas a partir da década de 1950 até 2011, momento posterior a transferência da capital para Goiânia, em que o município buscava vislumbrar alternativas econômicas, e a importância das ações realizadas para a aquisição do

título de Patrimônio Histórico da Humanidade.

Já os objetivos específicos são:

1. Compreender as formas de adaptação e implementação de estratégias para a exploração do turismo como setor crescente no mercado produtivo;

2. Entender e analisar o conjunto de práticas e ideologias que formam o Patrimônio Histórico da Humanidade da Cidade de Goiás, buscando uma compreensão estratégica de sua utilização, como bem de valor para os turistas;

3. Analisar e compreender a adaptação estratégica como fator ampliador do crescimento da atividade turística na Cidade de Goiás.

CAPÍTULO I

1. Referencial Teórico Metodológico

A racionalização processual na implementação ou na adaptação de estratégias, buscando uma compreensão na abordagem weberiana quando se trata de práticas realizadas em um Estado moderno, pressupõe planejamento das etapas a serem cumpridas e, posteriormente, que as ações sejam executadas. Essa forma organização sistematizada é amplamente utilizada no âmbito da administração.

Segundo a denominação de Weber, a racionalidade formal é constituída pela calculabilidade e predicabilidade dos sistemas jurídico e econômico. No campo das organizações, a racionalidade formal está presente em aparelhos como o contábil e o burocrático. Implica regras, hierarquias, especialização, treinamento. A racionalidade substantiva é relativa ao conteúdo dos fins operacionais dos sistemas legal, econômico e administrativo (THIRY-CHERQUES, 2009).

Esta seção aborda o arcabouço teórico enfocando os procedimentos analíticos, para a implementação, mudança ou adaptação de estratégias nas organizações públicas ou particulares, dando relevância à leitura contextual ao qual se insere a organização. No caso abordado, o patrimônio cultural está inserido no processo de adaptação estratégica tratado na referente produção. Para obter informações sobre as experiências vivenciadas na Cidade de Goiás, a investigação bibliográfica será organizada como fonte embasada em pesquisas nas literaturas específicas que contemplem as áreas de conhecimento sobre adaptação estratégica, planejamento estratégico e patrimônio cultural.

1.1. Adaptação Estratégica

Com relação aos objetivos dessa pesquisa, este estudo pode ser considerado analítico, exploratório e descritivo. Em se tratando de procedimentos técnicos, esse trabalho compreende uma pesquisa bibliográfica e estudo de caso, partindo do princípio da análise da adaptação de estratégias voltadas para o turismo na Cidade de Goiás, visto que, em 2011, fez dez anos que a cidade se tornou Patrimônio

Histórico da Humanidade e sua maior obtenção de recursos é proveniente do turismo e para que isso ocorresse, algumas reformulações estratégicas foram implementadas.

A Cidade de Goiás é um dos grandes atrativos para os admiradores do turismo cultural, sua história remete há um passado comum as demais regiões que fizeram parte do período colonial. Como atividade de constante ascensão, o turismo influenciou as ações dos grupos locais, sejam eles comerciais ou entidades organizadas para outros fins. Em 2001, com a aquisição do título de Patrimônio da Humanidade algumas exigências foram efetuadas pelo IPHAN e por outros órgãos de controle, com o intuito de preservar e manter o patrimônio, pois caso isso não ocorresse, acarretaria na perda do título.

Os precursores da estratégia podem ser encontrados no militarismo, na capacidade de se arquitetar táticas de guerra. Seu maior expoente foi Frederico, o Grande, da Prússia, que reinou de 1740 a 1786, e que constituiu um exército de mercenários, composto por pessoas desvinculadas da moral e dos princípios valorizados pela sociedade da época (LUVAAS, 2001).

Sua formação intelectual e suas experiências militares fizeram de Frederico um estrategista em combate, formulando uma audaciosa filosofia militar. A orientação de suas estratégias eram norteadas pela seguinte ideia: “Todas as nossas guerras devem procurar ser curtas e vigorosas, porque [...] uma guerra demorada vai gradualmente afrouxando nossa admirável disciplina, rarefaz a população do país e exaure nossos recursos” (LUVAAS, 2001).

Frederico assimilou práticas das legiões romanas e das armadas europeias do século XVI, além de introduzir equipamentos com inovações tecnológicas inspiradas pelas invenções mecânicas. Paraphraseando Cunha (1996), Santos (2009) também menciona a importância das inovações quando considera que, a relação dialética de ajustes entre a organização e o ambiente, desencadeia no processo de adaptações estratégicas. A reciprocidade do processo pressupõe que tanto a organização quanto o ambiente se modifiquem.

Historicamente, o termo estratégia é utilizado desde o período clássico greco-romano, com seu enfoque voltado para as estratégias de guerra. Já a preocupação

referente a estratégias de mercado, tem pouco tempo de existência, até porque o cenário hipercompetitivo¹ se consolidou recentemente promovendo a constante e permanente adaptação estratégica. Nesse novo cenário, as organizações que não se adéquam ao ambiente têm sérias dificuldades para continuarem exercendo competitividade com seus rivais.

Um fator que motivou e fez com que as adaptações estratégicas acontecessem foram as Revoluções Industriais. Antes delas acontecerem predominava uma indústria doméstica que produzia basicamente para o seu próprio consumo e comercializava apenas a produção que excedia. Com as Revoluções, as grandes organizações se apropriaram da ciência que, com os avanços tecnológicos, potencializavam a produção industrial. Com isso, novas demandas produtivas foram criadas e a grande preocupação dos empreendedores era conquistar novos mercados, atingir novos consumidores, possibilitando um comércio mais intenso e com novas possibilidades.

Motta (2001) identifica um processo de adaptação organizacional constituído por meio da criação de propostas para valorizar a especialização do trabalho como fator primordial nos sistemas produtivos. Nesta época surgiram algumas ferramentas administrativas usadas nos dias de hoje, como: estudos de tempos e movimentos para definir o modo mais eficiente de trabalho; comparação entre as práticas de administração de diferentes organizações; definição da demanda por produtos com base no estudo da distribuição de renda; estudos de localização industrial para definir o melhor local para a instalação de uma fábrica, levando-se em conta a proximidade de fontes de matérias-primas; controle da fadiga humana; registros para analisar e planejar a produção; formas de treinamento, segurança no emprego e a consideração de ideias dos operários e prêmios por qualidade.

Segundo Wood JR, Curado & Campos. (1995, pp. 190) num processo de

¹ Para D'AVENI, hipercompetição é um ambiente caracterizado por movimentos competitivos intensos e rápidos, no qual os concorrentes têm de agir rapidamente para construir vantagens e erodir as vantagens de seus adversários. Isso acelera as interações estratégicas dinâmicas entre os players competitivos. As interações estratégicas dinâmicas referidas pelo autor significam movimentos e contramovimentos competitivos nas principais arenas da competição. Para saber mais veja D'AVENI, R. Hipercompetição: estratégias para dominar a dinâmica do mercado. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1995.

mudanças, a mudança organizacional pode ser definida como “qualquer transformação de natureza estrutural, estratégica, cultural, tecnológica, humana ou de qualquer outro componente, capaz de gerar impacto em partes ou no conjunto da organização”.

Foi preciso pensar em estratégias que contemplassem a necessidade do patrimônio cultural. Santos, Woitchunas & Soares (2009: pp. 85) mencionam as mudanças de estratégias parafraseando os autores Pettigrew, Ferlie e McKee (1992), em que uma análise contextual é de extrema relevância, para se definir ou redefinir posicionamentos, primeiramente fazendo uma distinção entre o ambiente externo e interno. O primeiro diz respeito ao contexto econômico, político e social, e à percepção, à ação e à interpretação das políticas e eventos em âmbitos nacionais e regionais. O contexto interno trata da estratégia, da cultura, do gerenciamento e processo político atual da organização, que ajuda a moldar os processos de mudanças.

Os benefícios do turismo podem ser pontuados de diversas formas, como ressalta Arendt (2000: pp. 86):

O dinheiro gerado na atividade turística multiplica-se pela economia possibilitando: aumento da urbanização; incremento de indústrias ligadas à atividade turística; geração de emprego no setor de serviços turísticos; aumento de investimentos e geração de emprego no setor da construção civil; aumento da demanda por produtos locais; incrementa a entrada de divisas no país receptor e permite aumentar a arrecadação de impostos e taxas.

Acreditando nesse potencial, na Cidade de Goiás, antes de 2001, já haviam ações de motivação turística, só que eram incipientes, ainda, grande parte das preocupações se concentravam na manutenção e na preservação do patrimônio cultural. Não sendo suficiente criar estratégias, mas adaptá-las a nova realidade. A adaptação teria duas finalidades, a primeira refletiria na manutenção e preservação do patrimônio cultural; a segunda, na atração de turistas para o município. A adaptação de estratégias voltadas ao turismo buscava sair de uma situação em que o município se encontrava, de pouca visibilidade, para traçar novas perspectivas com relação ao futuro.

Essa mudança de posicionamento não se deu plenamente pela evolução da

indústria do turismo, tendo em vista que o turismo é uma indústria em crescente expansão, ou pela hipercompetitividade ocasionada pela globalização, ela foi oriunda de uma necessidade de desenvolvimento econômico em que, por causa da sua história, o município possui condições para a exploração econômica dessa atividade.

Numa outra corrente de pensamento de adaptação estratégica, com o intuito de fazer análise das mudanças ocorridas nas organizações, Santos, Woitchunas & Soares, (2009: pp. 86) menciona Salama (1994) que “utiliza a metáfora de organizações como personalidades, através de um processo biográfico de pesquisa, afirmando que a personalidade é resultado da interação de fatores herdados e experiências adquiridas.” Nesse sentido, Salama (apud SANTOS, WOITCHUNAS & SOARES, 2009) assevera que existem organizações cujas personalidades apresentam-se constantes por estarem isoladas do ambiente externo, não havendo mudança no seu grupo de valores e convicções, enquanto outras se tornam mais flexíveis por terem uma maior abertura à mudança contextual, podendo, assim, ocorrer questionamentos em relação a seus valores e convicções originais, bem como modificações dos mesmos ao longo de sua trajetória.

Já Pettigrew (apud FRANCO, 2002), sugere a pesquisa de cunho contextualista e processual que versa sobre o problema em níveis vertical e horizontal, caracterizando-se por:

- uma descrição clara dos processos sob análise, baseado na experiência contínua com o passado, presente e futuro;
- definição teórica e empírica dos níveis de análise e de suas interconexões;
- a caracterização das motivações políticas dos envolvidos dentro do processo;
- a existência de uma ou mais de uma teoria para comandar o processo e a seleção das pessoas para subsidiar a pesquisa;
- o entendimento de que o contexto deve ser entendido não como um obstáculo à mudança, mas como parte fundamental na sua produção.

Neste trabalho, o estudo de caso adota o conceito de organização como um sistema aberto, onde a organização interage com o meio ambiente, tendo este

influência em todo o processo organizacional.

1.2. Organização e o ambiente organizacional

As organizações humanas são extremamente complexas e isso faz com que cada uma necessite de uma atenção detalhada, um estudo particularizado, possibilitando uma melhor compreensão e análise sobre o ambiente. Cada ambiente funciona como se fosse uma engrenagem em que uma série de peças estão conectadas e se alguma estiver com problemas ou com algum tipo de inoperância, pode-se comprometer toda estrutura. Por isso, para avaliar uma organização, é fundamental que se conheça o contexto no qual ela está inserida.

Como a sociedade possui necessidades ilimitadas, as organizações, por serem frutos da ação humana e estarem se relacionando constantemente, também se enquadram nessa busca de estar sempre se adequando para sanar tais necessidades ou implementar mudanças. Isso inclui também os indivíduos que compõem as organizações, tendo a necessidade de estarem sempre se capacitando para os novos desafios do mercado competitivo.

O meio ambiente influencia de forma dinâmica uma organização, configurando uma relação dialética e interdependente entre as partes. Fatores políticos, geográficos, legais, tecnológicos, econômicos, e sócio-culturais influenciam na forma de atuação da organização. O seu posicionamento deve ser norteado levando em consideração esses fatores. Os insumos que a organização possui é que dão forma ao tipo de bens ou serviços disponibilizados no mercado. Eles correspondem aos recursos humanos, aos recursos financeiros e materiais capazes de transformar e produzir os bens e os serviços consumidos, utilizando sua força física ou sua habilidade intelectual, conforme a demanda social ou de mercado.

Os insumos na Cidade de Goiás voltados ao patrimônio cultural se manifestam de variadas formas. Além das manifestações culturais tradicionalmente apresentadas ao público, o município possui cerca de 486 imóveis tombados, e aproximadamente 1.200 bens móveis, como mobílias e obras de arte com reconhecido valor histórico (<http://turismohistorico.wordpress.com>).

O centro histórico e os eventos culturais propiciam um ambiente peculiar com forte potencial de atratividade turística. Para perceber o quanto o ambiente organizacional é complexo e facilitar a possibilidade de análise, os estudiosos da área o dividiram em dois grandes grupos: o macroambiente ou ambiente geral e o microambiente, também conhecido como indústria ou setor (THOMPSON & STRICKLAND, 2000). O contexto macro ambiental influencia a organização de forma indireta, por ser constituído de fatores genéricos. Esses fatores podem ser identificados como, por exemplo, os indicadores que demonstram a taxa de desemprego, a inflação, o índice de preços, ou seja, são situações que interferem no ambiente da indústria, atuando sobre o poder de consumo dos clientes. A criação de uma legislação que interfira diretamente em um setor poderá trazer vários reflexos, como um incentivo a concorrência, ampliação da competitividade e um aumento no poder de escolha do consumidor.

O ambiente geral pode ser caracterizado, portanto, como o conjunto de aspectos estruturais capazes de influenciar as diferentes indústrias que atuam em determinado país. Entende-se aqui por indústria um conjunto formado por empresas cujos produtos tem os mesmos atributos e portanto competem pelos mesmos compradores (Thompson & Strickland, 2000).

A influência desse aspecto pode ser assimilada de forma diferente entre os vários setores industriais. Na indústria do turismo, por exemplo, um período de tempo chuvoso, uma catástrofe natural ou um surto de alguma doença poderá comprometer um planejamento elaborado a longo prazo e, naquele momento, comprometer todo um empenho.

As ações organizacionais criam uma série de dependências, tornando o relacionamento ambiente-organização dinâmico e de complexo entendimento. Os atores envolvidos precisam integrar os acontecimentos ambientais, tanto os atuais quanto as tendências para o futuro, com as possibilidades da organização, visando à sobrevivência e à competitividade da empresa (FRANCO, 2002: pp. 21).

Nesse sentido, correlacionam-se forças que ora se convergem e ora se divergem, fazendo com que o ambiente sintetize as necessidades que envolvem essa disputa. Souza (2004: pp. 39) ao refletir sobre as organizações como sistemas abertos e propícios para receptação de influências, pontua que dessa forma, conduz-se à busca por conhecer e incorporar o papel das forças externas e das

relações com outras organizações na modelagem de sua estrutura organizacional, na formulação de suas estratégias e no estabelecimento da sua forma de gestão.

1.2.1. Ambiente aberto

Não poderia deixar de aprofundar um pouco mais sobre o ambiente como um organismo aberto, capaz de assimilar práticas que estão fora dele. Souza (2004: pp. 44) parafraseia Lawrence e Lorsch (1967), conduzindo o pensamento de que os administradores desde muito tempo reconheceram que diferentes ambientes industriais têm características econômicas e técnicas particulares, cada uma das quais requer uma estratégia peculiar na competição. Um conjunto de práticas de comércio, de fabricação e de pesquisa que dão excelente resultado numa empresa de um dado setor, não satisfarão as necessidades de uma outra empresa de outro setor.

Por isso, as realidades são muito particularizadas e, sabendo o quanto o ambiente externo influencia a organização, a melhor forma de se preparar é se organizando internamente. Mesmo assim, isso não quer dizer que uma organização estará imune a reflexos de eventos externos. Contudo, as incertezas são constantes e os gestores são os responsáveis por analisar e compreender os fatores que possam atingir negativamente ou positivamente uma organização.

Essa preocupação com a organização interna é apresentada com a execução de cursos de capacitação aos indivíduos que desempenham trabalhos relacionados ao turismo na Cidade de Goiás, na tentativa de atender as necessidades na prestação de serviços ao turista. Mas como os objetivos são sempre maiores, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional se preocupa em promover iniciativas que atendam necessidades primárias, mas também, implementa junto a outros parceiros no âmbito governamental e da sociedade civil, programas como é o caso que carecem da organização de um conselho, composto por membros da sociedade, para gerir planos de ação, de preservação do patrimônio cultural, como é o caso do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural - FUNPATRI.

Sobre a complexidade do ambiente, Carvalho (2010) destaca que os gestores se preocupam com os fatores do ambiente porque eles criam incertezas para a organização. Incerteza significa que os tomadores de decisão não possuem informações suficientes sobre o ambiente. Ela é resultado da relação entre duas dimensões: o quanto o ambiente é simples ou complexo e o quanto é estável ou instável (DAFT, 2005, 2008). Estas são as principais características do ambiente apresentadas nos manuais didáticos, tais como Daft (2005, 2008) e Sobral e Peci (2008).

1.3. Planejamento Estratégico

A readaptação e implementação de novas estratégias corresponde à execução de atividades que permitam que ações sejam realizadas com vistas a obtenção de metas definidas no processo de formulação dessas estratégias. Baseada em um diagnóstico prévio, e em um sistema adequado de informações, na fase de formulação são definidas não só as metas, mas também os recursos e o horizonte temporal das atividades. Definidos esses parâmetros pode-se aferir sua eficiência e sua eficácia (SILVA et al., 2000).

É importante considerar os aspectos relativos a implementação e seus efeitos retroalimentadores para, se caso necessário, haver mudanças de posicionamento. A estratégia deverá ser vista como um processo em que, por meio do monitoramento e sua avaliação, obtenha informações que possibilite corrigir os posicionamentos ineficazes e ineficientes, formulando uma readaptação estratégica.

O planejamento é um importante instrumento de gestão para as organizações e, também, para a interferência e implementação de ações estratégicas na atualidade. Com a modernização da máquina administrativa o planejamento adquiriu funções capazes de estabelecer parâmetros e direcionar o poder público. Andion e Fava (2002: pp. 27), compreendem o planejamento estratégico como principal fornecedor de ferramentas, aos gestores e suas equipes, capaz de conduzir e municiar informações para a tomada de decisão, ajudando-os a atuar de forma pró-ativa, antecipando-se às mudanças que ocorrem no espaço em que atuam.

Como em todo empreendimento se busca o sucesso, o êxito, e a organização das estratégias é primordial para que isso aconteça, cabe um alerta importante sobre a convergência de outras áreas do conhecimento e do próprio senso comum, na elaboração e na operacionalização das ações com o intuito de sanar as falhas que, possivelmente, vão aparecer.

É curioso que uma das críticas mais severas de Mintzberg (1994: pp. 254-255), quanto aos planejadores estratégicos, refere-se ao seu distanciamento dos detalhes do dia-a-dia no processo de formulação de estratégias, com a certeza de que podem ser informados formalmente, ou seja, pelos sistemas de informações factuais. Essa crítica é tão mais valiosa quanto a entidade deixar de disponibilizar aos gestores informações sobre o dia-a-dia de que só a contabilidade gerencial pode dispor. Oliveira (1985), por sua vez, divide as principais falhas mais comuns do planejamento estratégico da seguinte forma: (1) antes do início da elaboração; (2) durante a elaboração; e (3) durante a implementação. Dentre as falhas no início da elaboração, destaca-se a 'não preparação do terreno para o planejamento estratégico na empresa', mais especificamente a 'não esquematização do sistema de controle e avaliação do planejamento estratégico': "[...] é fundamental que o executivo estabeleça os critérios e parâmetros, bem como o sistema de informações necessárias para o adequado controle e avaliação do planejamento estratégico" (OLIVEIRA, 1985: pp. 35). Levando em conta o comentário do autor, o sucesso do planejamento estratégico depende do controle e da avaliação que ocorrem a partir da existência das ferramentas da contabilidade gerencial, no caso referindo-se ao orçamento e ao controle orçamentário. É nesse sentido que a adequação da contabilidade gerencial proporcionaria apoio necessário ao processo de planejamento como um todo (FREZATTI et al., 2007).

1.4. Cultura Organizacional

Na sociedade civil a cultura sofre influências diversas e com isso as mudanças comportamentais dos indivíduos se modificam paulatinamente, já com as organizações o processo de assimilação da cultura organizacional ocorre bem mais rápido, mas isso não quer dizer que seja simples, havendo extrema dificuldade de

serem implementadas, justamente por essa complexidade.

Na Cidade de Goiás, a identidade de parte dos moradores locais se pauta e, ao mesmo tempo, se confunde com a cultura organizacional, tendo em vista que, para o patrimônio cultural se consolidar e se tornar reconhecido, uma das questões fundamentais é o sentimento dos moradores do município, de pertencer ao patrimônio, ou seja, estar vinculado por meio da identidade, da cultura. Mendes (apud SCHEIN, 1992: pp.12), define cultura organizacional como:

“Um padrão de suposições básicas compartilhadas que o grupo aprendeu quando solucionava seus problemas de adaptação externa e integração interna, que funcionou bem o suficiente para ser considerado válido e, portanto, para ser ensinado aos novos membros como a maneira correta de perceber, pensar e sentir em relação a esses problemas”.

Isso justifica a complexidade da cultura e a forma como as organizações devem proceder para implementação de uma mudança estrutural eficiente, envolvendo o desempenho desejável de líderes com condutas e decisões adequadas, nos diversos níveis hierárquicos da organização.

A complexidade desse processo pode ser reduzida, já que por meio da investigação de padrões no comportamento das organizações se pode descrever e até mesmo prever o processo de adaptação organizacional (MENDES apud MILES & SNOW, 1978). Para tanto, os mesmos autores corroboram a crença de um esboço teórico, estruturado em dois importantes elementos: (1) um modelo geral de processo de adaptação que descreve as decisões necessárias à organização para que ela mantenha um alinhamento eficaz com o seu ambiente, e (2) uma tipologia organizacional que retrate os diferentes padrões de comportamento adaptativo adotados pelas organizações dentro de uma determinada indústria ou outro agrupamento.

O pensamento de Mintzberg (2001) reforça a importância da cultura em uma organização, sendo esta composta por um sistema de crenças e valores, assimilados pelos seus colaboradores que com capacidades de diferenciação das outras organizações. Um fator com grande potencial é a identificação dos colaboradores com a organização, associando as metas individuais com as organizacionais gerando os seguintes efeitos:

- faz com que os laços do indivíduo sejam ligados à empresa, uma vez que cria no indivíduo a sensação de pertencer à organização;
- cria o “espírito de corpo”, em que o indivíduo, juntamente com os demais indivíduos da organização, defende os interesses da organização;
- faz com que os objetivos da organização passem a ser objetivos do indivíduo (MINTZBERG, 2001).

1.5. Implementação de Estratégias

Para se compreender um processo de adaptação estratégica é importante entender como ocorre o seu processo de implementação de estratégias e sua sistematização porque quando se redefine novos posicionamentos se faz necessário novas implementações. A adaptação estratégica é definida por Vieira (2004) como o processo de ajuste entre a organização e o ambiente visando à harmonização da estratégia empresarial com as novas exigências internas e/ou externas (SERRALHEIRO apud VIEIRA, 2004).

Por que é importante se pensar em estratégias para o turismo na Cidade de Goiás? Primeiramente, cabe ressaltar que este trabalho tem a intenção de valorizar a potencialidade turística da cidade, apresentando que, para elaborar estratégias eficientes e eficazes, pode-se usar a capacidade de imaginação e a racionalidade lógica, acompanhando os efeitos da competição e a velocidade das mudanças.

Henderson (1998) enfatiza que competidores que conseguem seu sustento de maneira idêntica não podem coexistir, seja nos negócios ou na natureza, ou seja, persistirá uma manutenção dos recursos obtidos e não uma sustentabilidade, por isso faz-se necessária a diferenciação. Nesta perspectiva, o autor define estratégia como a busca deliberada de um plano de ação para desenvolver e ajustar a vantagem competitiva de uma empresa. A estratégia envolve tudo e requer comprometimento e dedicação por parte de toda a organização, seja ela atuante no setor público ou privado.

1.6. Patrimônio cultural

Esta seção busca demonstrar o que é patrimônio cultural e suas mudanças de sentidos e significados que aconteceram no decorrer de seu processo histórico, apresentando construtos teóricos que embasaram essas mudanças e consolidaram sua prática compreensíveis como adaptações estratégicas, focadas no propósito do patrimônio e da identidade do povo vilaboense, voltadas para o desenvolvimento turístico local. Pretende-se deixar evidente a importância de um estudo processual que se correlaciona constantemente com o ambiente externo, que foi elaborado com o intuito de construir e articular um discurso que atendeu aos interesses do patrimônio para manter seu desempenho no cenário produtivo.

1.6.1. Sentidos do patrimônio

O patrimônio histórico e cultural brasileiro, beneficiado como turismo de potencial econômico, é composto por variados atrativos, como por exemplo, áreas que sofreram acidentes naturais, parques, reservas, lugares conhecidos pela sua beleza peculiar, sem falar de sítios arqueológicos, monumentos artísticos, cidades históricas, cujo seus monumentos e culturas fortalecem as identidades locais. O patrimônio natural e cultural está intrinsecamente relacionado ao legado herdado das gerações anteriores e quando preservados possibilitam a manutenção da identidade cultural e é uma forma de reforçar a memória coletiva, apresentando traços comuns de uma dada vivência ou experiência histórica, possibilitando a vinculação do passado com o presente.

No decorrer de 1804, o espaço urbano de Vila Boa, atual Cidade de Goiás, se expandiu lentamente. Poucas foram suas alterações,

Por outro lado, foi nesse período que se processou uma mudança significativa do modo de vida de Vila Boa. Ao contrário dos primeiros ocupantes — que se preocupavam somente com o enriquecimento rápido e com a volta aos seus lugares de origem —, os habitantes de Vila Boa, ao criarem raízes, a partir da decadência da mineração, sentiram a necessidade de uma estrutura mais completa para o desenvolvimento de uma vida urbana satisfatória, nos moldes dos outros centros urbanos da época (...). Somente no século dezenove que aparecem com mais expressão as manifestações artísticas e culturais, os primeiros jornais; quando também são construídas obras públicas de grande importância para

a vida na cidade (TEIXEIRA; 2011: pp. 76).

Zanirato (2009: pp. 146) caracteriza os elementos culturais como sendo conformados pelas manifestações materiais e imateriais criadas pelos sujeitos que nos precederam. Neles se incluem objetos e estruturas dotados de valores históricos, culturais e artísticos, bens que representam as fontes culturais de uma sociedade ou de um grupo social e que podem ser materiais ou imateriais. Conservá-lo é uma forma de garantir o testemunho e referencial, não apenas de seu valor arquitetônico e histórico, mas dos valores culturais, simbólicos, de sua representatividade técnica e social.

Sob esse ponto de vista, Pelegrini (2006) faz alusão ao importante historiador Jacques Le Goff destacando que a “identidade cultural de um país, estado, cidade ou comunidade se faz com a memória individual e coletiva”; a partir do momento em que a sociedade se dispõe a “preservar e divulgar os seus bens culturais” dá-se início ao processo denominado pelo autor como a “construção do *ethos* cultural e de sua cidadania”. Concebendo o Ethos como essência capaz de abarcar os mais variados sentidos, ele é a forma dos indivíduos se apresentarem como diferentes em relação ao “outro”, por meio dos sistemas de crenças, dos valores simbólicos, das ideologias, da relação estabelecida com a natureza e de tudo aquilo que possui importante significado, constituindo sua identidade cultural (PELEGRINE, 2006).

Essa composição do Ethos está inserida na definição de patrimônio cultural, apesar deste compreender uma gama de outras categorias que possibilitam a interdisciplinaridade. Nesse sentido, tudo que está relacionado à cultura e ao meio ambiente, seja ele natural ou artificial, é considerado patrimônio. Sabendo que a cultura é construída historicamente e perpassa por constantes processos de mudanças e ressignificações, é notório que o valor da cultura de um povo não é reconhecida somente por ele. Atualmente essa cultura, além de reconhecimento, adquiriu um valor comercial, capaz de atrair gente de outras localidades que vão prestigiar a cultura local.

A preocupação em preservar os monumentos, ou melhor, salvaguardar bens que agregam ao patrimônio, tem como finalidade reforçar a memória de um grupo, povo ou nação. Memória construída historicamente por meio de eventos que tiveram

significados importantes para consolidação de uma identidade; que possuem características peculiares, restritas a determinado grupo ou região.

Canclini (1994) afirma que o “patrimônio não inclui apenas a herança de cada povo, as expressões ‘mortas’ de sua cultura, mas também os bens culturais visíveis e invisíveis”. A ideia de patrimônio ultrapassa o material, o que é tangível, e vai muito mais além, aglutinando uma série de valores e sentimentos, de emoções e sensações, ou seja, é o “patrimônio que expressa a solidariedade que une os que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identifica, mas também costuma ser um lugar de cumplicidade social” (pp.97).

Nas ciências sociais houve um processo de reconceitualização de patrimônio cultural, permitindo uma maior abrangência na concepção do conceito. Canclini (1994) numa abordagem à Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional sintetiza essa reformulação apresentando os seguintes pontos:

a) Afirma-se que o patrimônio não inclui apenas a herança de cada povo, as expressões mortas de sua cultura – sítios arqueológicos, arquitetura colonial, antigos objetos em desuso, mas também os bens culturais visíveis e invisíveis: novos artesanatos, línguas, conhecimentos, documentação e comunicação do que se considera apropriado através das indústrias culturais;

b) Ampliou-se, também, a política patrimonial de conservação e administração do que foi produzido no passado aos usos sociais que relacionam esses bens com as necessidades contemporâneas das maiorias;

c) Por último, em oposição a seletividade privilegiada os bens culturais produzidos por classes hegemônicas – pirâmides, palácios, objetos ligados à nobreza ou à aristocracia -, reconhece-se que o patrimônio de uma nação também se compõe dos produtos da cultura popular: música indígena, textos de camponeses e operários, sistemas de auto-construção e preservação dos bens materiais e simbólicos elaborados por todos os grupos sociais (CANCLINI, 1994).

De acordo com Zanirato (2009) o patrimônio é compreendido como os elementos materiais e imateriais, naturais ou culturais, herdados do passado ou criados no presente, no qual um determinado grupo de indivíduos reconhece sinais de sua identidade.

Na ótica de Canclini e Zanirato, a ascensão da discussão voltada para questões patrimoniais, os temas identidade e memória se tornaram a síntese do debate. Toda valorização da cultura gira em torno do fortalecimento das identidades, porém, para que um determinado bem, seja considerado patrimônio cultural, antes, ele deverá ser considerado um “lugar de memória”, permeado por elementos que sustentam aquela cultura.

A Cidade de Goiás ocupa um importante espaço no rol da cultura goiana, ao sediar eventos, como o Festival Internacional de Cinema Ambiental (FICA), a Procissão do Fogaréu, Festival Gastronômico, dentre outros, atraiu e ainda atrai um público diferenciado e preocupado com questões culturais e naturais. Com o processo de consolidação de “berço da cultura goiana”, a Cidade de Goiás foi privilegiada com muitas iniciativas que contemplassem seu status, tudo isso foi de extrema importância para sua legitimação enquanto patrimônio da humanidade. Cabe aprofundar um pouco mais para melhor compreensão da estratégia que consolidou o município como Patrimônio Histórico da Humanidade.

Quando uma cidade adquire o título de Patrimônio Histórico da Humanidade, algumas determinações são instauradas por normas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com o intuito de preservar a história e a memória de um povo. Qualquer tentativa de alteração do patrimônio tombado passa pelo crivo analítico do IPHAN e só com a autorização desse órgão que se pode alterar o patrimônio material.

De acordo com Delgado (2005) o reconhecimento da Cidade de Goiás como cidade histórica não pode ser apenas explicado pelo fato de ter sido a capital do estado de Goiás por mais de 200 anos e conservar na estrutura urbana as construções do século XVIII. A inserção da Cidade de Goiás no mapa do patrimônio não se justifica simplesmente pelo desejo de preservar suas construções como vestígios do passado, cujos valores seriam supostamente intrínsecos aos objetos e preexistentes a qualquer classificação. O órgão do Patrimônio Nacional não descobre o valor estético e histórico dos bens; pelo contrário, ele institui esses valores.

O interessante em assimilar essa observação da autora é apreender que antes dessas criações institucionais, o patrimônio não possuía o valor e a

importância do presente momento. O reconhecimento desses atributos fez com que a Cidade de Goiás se tornasse um bem cultural representando um espaço de memória coletiva. Mas para que se agregasse todo esse valor ao patrimônio material e natural foi fundamental constituir uma estratégia de reconhecimento do patrimônio imaterial, orientada pelos eixos de resgate e manutenção das tradições.

As igrejas, os prédios públicos e todo patrimônio material do centro histórico foi de extrema relevância e serviu de atrativo para consolidação da cidade como patrimônio. As poesias de Cora Coralina foram a argamassa que consolidou a Cidade de Goiás como patrimônio da humanidade. Com poucas palavras, Delgado enfatiza o quão importante foram as poesias de Cora nesse processo:

(...) Ao entretecer o rememorar do tempo aos espaços da cidade, ela torna-se artífice de significados para o passado e compõe um mapa da memória que é peça estratégica na consagração de Goiás enquanto cidade histórica e turística (DELGADO; 2005: pp.115).

Esse aglutinante ideológico, melhor dizendo, essas diversas narrativas e estratégias simbólicas foram eficazes para conectar o passado, o presente e o futuro da cidade, capazes de transformá-la em um lugar de memória e em um espaço turístico, tendo em vista a valorização de todas as riquezas do município, inclusive as culturais e as ambientais.

Pelegrine (2006: pp.124) aborda a relação entre bens culturais e naturais, seus benefícios para o turismo local, enfocando a importância da sociedade nesse processo, para promoção da interdisciplinaridade. Ressalta que a perspectiva integradora das políticas em defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e do incremento de atividades turísticas tem resultado em experiências positivas no sentido da promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável.

O patrimônio não se restringe a monumentos, a construções antigas de algum valor histórico, vai muito mais além, engloba toda complexidade de relações construídas pelo ser humano, por meio das relações de poder e dos sistemas de crenças. Geralmente, as cidades que têm o turismo como negócio, precisam ter estratégias atrativas que despertem o interesse dos diversos públicos, por isso é importante a necessidade de equipes multidisciplinares na elaboração de planejamentos estratégicos com o intuito de sempre estarem rearticulando suas

elaborações para as atividades não caírem na rotina do turista.

1.6.2. Histórico da região

A Cidade de Goiás foi um espaço que se estruturou por causa do ciclo do ouro brasileiro, bem como várias outras cidades do estado de Minas Gerais e do Mato Grosso. Sua fundação ocorreu em 1725, por Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera filho, junto com a fundação da capela de Santana que em sua homenagem atribuiu-se o nome de Arraial de Santana, sendo vinculada a Capitania de São Paulo (PALACÍN, 1994).

Após uma década, o arraial dá seu primeiro passo rumo a autonomia administrativa se desvinculando de São Paulo e se transformando em Capitania Geral, com o nome de Goiás. Esse ato também marcou a instituição de uma estrutura administrativa própria por causa do volume de minérios que eram extraídos e também por questões políticas que envolviam as metrópoles europeias.

Coelho (1999) ressalta que em 1736, a necessidade de uma eficiência no controle na cobrança de impostos, de uma fiscalização maior com relação ao contrabando, além de defesa e posse do território nas disputas com a colonização espanhola, levou o rei de Portugal, através de Carta Régia, a determinar a fundação de uma vila destinada a sediar a administração de uma nova Capitania, a das minas de Goiás, a ser desmembrada de São Paulo.

Com uma dinâmica particular, Goiás participava de uma das mais importantes etapas da história do Brasil. Várias pessoas dirigiram-se para região em busca de riquezas, mineradores e escravos formaram núcleos populacionais sediados em torno das lavras auríferas mais promissoras. Esse modelo de ocupação deu origem a muitas cidades atuais.

Segundo Oliveira (2004), no século XVIII, o bandeirante Bartolomeu Bueno fundou o Arraial de Santana, conhecido hoje como Cidade de Goiás, localizado entre morros, numa quebrada ao sopé da Serra Dourada, muito próximo das nascentes do Rio Vermelho. Também o Arraial de Meia Ponte, hoje Pirenópolis, data da mesma

época. Esses povoados se transformaram em vilas, se tornando posteriormente, cidades. Na época, não tinham condições geograficamente boas, mas o que importava era a extração do metal, pois o desempenho conjunto da agricultura e da pecuária tinha proporções limitadas devido ao isolamento da província e à sua caracterização como propriedade de subsistência.

No decorrer do tempo, foram sendo criadas condições para sanar as demandas básicas para a organização da sociedade, promovendo a construção de uma estrutura para atendê-las proporcionando um mínimo de condições para as pessoas que ali se encontravam. Numa ordem cronológica, pode ser apresentado como obras do século XVIII, o Chafariz de Cauda da Boa Morte (1778), a Casa de Fundição (Figura 1) e do Palácio Conde dos Arcos, datadas do início desse mesmo. O Quartel do Vinte (1747), a Igreja de São Francisco de Paula (1761), a Casa de Câmara e Cadeia (1761), a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte (construída em 1779), a Igreja de Nossa Senhora do Carmo (1786), a Igreja de Nossa Senhora da Abadia (1790), a Igreja de Santa Bárbara (1780). Como o ouro era o principal foco da atividade produtiva, algumas obras foram específicas para sua manipulação (DELGADO, 2005).

Figura 1 - Casa de Fundição



Fonte: Disponível em: <<http://www.mp.go.gov.br/portalweb/conteudo>>. Acesso em: junho de 2013

A mineração em Goiás alcançou seu apogeu com crescente produção em grande parte do século XVIII, tendo seu declínio no final desse mesmo período. O esgotamento do ouro causou grandes impactos na Capitania, pois o mesmo minério responsável pela chegada de pessoas em massa teve o impacto contrário no seu findar. A historiografia goiana mostra um decréscimo do número de habitantes e, em consequência disso, um atrofiamento do setor urbano (PALACÍN, 1994).

Um forte argumento para a transferência da capital, baseia-se num longo período de inércia da Cidade de Goiás, em que a estagnação econômica atrofiou vários setores da cidade.

Entre 1825 e 1933, ou seja, por mais de um século, a cidade viveu um período de estagnação e resistência, com lenta expansão urbana. Existem registros, dos anos de 1890 e 1914, que atestam à diminuição do número de habitações. Essa estatística demonstra um dado alarmante: a população diminuiu de dez mil habitantes em 1890, para pouco mais de oito mil em 1932. Esta inércia no crescimento urbano, que mostra que Goiás já não era mais um centro vital, acabou por determinar a transferência da capital, o que ocorreu em 1937. Esse fato estendeu a estagnação aos demais setores da cidade, especialmente devido à perda de sua função maior, a administrativa. Parte de sua população muda-se para a nova capital e, na década de 1950, a economia da cidade volta-se para a pecuária, admitindo novos moradores, com um novo perfil (MONTEIRO, 1975).

Campos (2002) analisa as disputas pelo poder político no estado de Goiás, como fator primordial para a transferência da capital e ao apresentar a configuração dessas disputas, identifica as ambições de um novo grupo político ao poder, tendo como principal expoente Pedro Ludovico Teixeira.

A ideia de mudança já se fazia presente em outros momentos. Desde 1863, no período imperial, e no início da República em 1890, já haviam manifestações para a mudança da capital, com o argumento de não conveniência desse status permanecer com a cidade de Goiás. Mas é no Congresso de Bonfim, cidade localizada no sul do Estado e às margens da ferrovia, que a ideia da mudança ressurgiu e com a qual Pedro Ludovico vai trabalhar. Não é sem razão que a questão da mudança da capital é retomada a partir daí (CAMPOS, 2002: pp. 172).

Carvalho (2002) destaca que a mudança da capital, nos discursos de Pedro Ludovico e seus defensores alcançaram uma dimensão utópica, sendo a utopia definida como um corpo de ideias incongruentes com a realidade que a gera, seu poder de crítica dessa realidade é muitas vezes poderoso e desestabilizador. Tal

incongruência residia na não-aceitação, pelos utopistas, da condição de atraso e decadência do estado em vários sentidos, na inconformidade com os velhos hábitos e práticas políticas oligárquicas depositas, na impossibilidade de a cidade de Goiás continuar como centro de poder político e econômico do Estado, entre outros fatores. Nesse sentido, a própria ideia de uma nova capital era, por si mesma, pela boca de seus defensores, uma crítica contundente à realidade social, econômica e política de Goiás. Era um projeto de transformação que reivindicava algo que não existia, ou uma realidade ainda não conquistada.

Diante de tantas alegações, o grupo político mudancista adquire força para efetuar a transferência da capital. Contrapondo dois pontos importantes na consolidação de Pedro Ludovico como a principal força política do estado de Goiás na época: o progresso e o atraso. O atraso estava vinculado às práticas sócio-políticas e econômicas das oligarquias de Vila Boa. O progresso, se justificava com o desenvolvimento econômico do estado, com a construção de uma capital com potencial capaz de estimular esse desenvolvimento para outros municípios.

Campos (2002) demonstra o que representaram essas mudanças, sendo a cidade de Goiás a expressão do atraso e Goiânia vai ser símbolo do progresso, expressão de um Estado que rompe com seu passado e de um povo que se mostra capaz de construir seu futuro ativamente.

Enfim, a Cidade de Goiás possui uma história com inícios e rupturas de processos, essa é uma importante característica da região que a difere de outros municípios brasileiros, vivenciando um ápice econômico e, também, experimentando o amargo sabor da perda de prestígio em alguns momentos históricos, mas sempre com grande potencial para se rearticular.

1.7. Governança

As organizações privadas criam suas estratégias visando lucros em grande quantidade e de forma contínua. As organizações públicas, diferentemente das particulares, criam suas estratégias tendo como princípio, visar o bem comum, de forma que a coletividade seja beneficiada. Na tentativa de esclarecer a inoperância

das ações do poder público, Osório (1998) explica que as organizações públicas são pouco influenciadas pelas forças de mercado, não sendo um motivador que leva a elaboração de práticas eficientes. Para as organizações particulares o mercado dispõe de informações que norteiam a eficiência do setor produtivo. Essa relação permite a permanência da organização competindo com os seus rivais.

A Missão e a Visão das organizações demonstram seu objetivo e o seu projeto de existência. Freeman (1999) reconhece que as organizações perseguem alguns objetivos que representam o porquê de sua criação. Tudo parece funcionar de forma racional, mas por outro lado, é nessa racionalidade econômica que se constitui um aparato para compreender as irracionalidades que fatalmente compõem os atores econômicos. Lindsay (1976) reconhece as diferenças entre as organizações públicas e particulares e afirma que as comparações devem ser feitas apenas quando consideradas em termos dos objetivos perseguidos por elas. A autora reforça que as análises sobre produtividade de organizações públicas devem considerar objetivos que não sejam apenas aqueles fundamentados no aumento gradativo de obtenção de maiores lucros: objetivo principal do setor privado.

Lindsay (1976) acredita que, uma possível forma de mensuração do aumento do lucro em organizações públicas, pode ser reconhecido, num primeiro momento, na estrutura física ou na potencial capacidade orçamentária gerenciada pela organização. Por outro lado, o orçamento público é votado e aprovado para um período subsequente, ou para o próximo ano, isso leva o gestor público a planejar suas atividades tendo como base orçamentos futuros. Em consequência, desestimularia o esforço gerencial no sentido da redução de custos porque isso significaria menores orçamentos futuros.

Estudos recentes demonstram que no Brasil, o financiamento do turismo pelo poder público, ainda é pouco realizado. De acordo com o documento Estudo de Competitividade: Roteiros do Brasil, realizado em 2007 pelo Ministério do Turismo, SEBRAE e pela Fundação Getúlio Vargas, em um estudo específico de regionalização do turismo, foi detectado que a Cidade de Goiás, possui em seu Plano Diretor Municipal, governança ativa - em um formato de Conselho Municipal – dedicada ao acompanhamento da atividade turística e segue um planejamento formal para o setor de turismo.

O município desenvolveu projetos em conjunto com outras secretarias em atividades relacionadas ao turismo, dispôs de investimentos diretos do governo estadual em projetos que visaram a competitividade do turismo, e registrou investimentos diretos do governo federal ligados ao desenvolvimento dessa atividade. Entretanto, a secretaria municipal não possui atribuição exclusiva à pasta turismo e não conta com um fundo voltado para o setor do turismo. Além disso, não há em seu Plano Diretor ações que contemplem o turismo como parte do planejamento do município.

Em 2007, o Estudo de Competitividade: Roteiros do Brasil, detectou que a Cidade de Goiás também não havia desenvolvido muitos projetos em conjunto com a iniciativa privada ou entidades de classe representativas em atividades relacionadas ao turismo (Estudo de Competitividade: roteiros do Brasil, 2007). Em 2010, o cenário continuou praticamente o mesmo em que a sociedade civil cobra maior participação da prefeitura em ações de fomento e, também, ações conjuntas que promovam a parceria entre os poderes públicos e privados em prol do desenvolvimento turístico.

A prefeitura da Cidade de Goiás tem ações diretas, mas com significativas dificuldades operacionais em razão da crônica falta de recursos e das dificuldades enormes de acesso à recursos externos assim como o estado de Goiás. Entretanto várias instituições benfeitoras ou financiadoras (através de leis de incentivo à cultura) vêm investindo na restauração de imóveis e na manutenção de manifestações culturais (Estudo de Competitividade: roteiros do Brasil, 2007).

1.8. Considerações parciais

Neste capítulo foram apresentados e discutidos importantes conceitos referentes ao planejamento estratégico, na tentativa de desenvolver a compreensão de como se dá o seu processo de implementação. Contudo, favorecendo a constituição de análises de mudanças de posicionamento que resultaram na adaptação estratégica.

Foi fundamental fazer uma explanação sobre o histórico da Cidade de Goiás,

tratada por um viés organizacional empreendedor, tendo como pressuposto a constituição de uma cultura, permeada por uma construção ideológica, que alicerça as bases da sustentabilidade turística do patrimônio cultural.

CAPÍTULO II

2. Metodologia Científica

Para Ventura (2007), o estudo de caso como modalidade de pesquisa é entendido como uma metodologia ou como a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais. Visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações.

Como precedente essa relação flexível entre os objetos e os fenômenos envolvidos na pesquisa, a opção pelo estudo de caso veio ao encontro com as necessidades que delineiam o trabalho. Segundo Gil (2008), é possível definir quatro fases que mostram o seu delineamento: a) delimitação da unidade-caso; b) coleta de dados; c) seleção, análise e interpretação dos dados; d) elaboração do relatório.

Com relação aos procedimentos elaborados, serão seguidas as etapas sugeridas por Gil (2008), sendo um estudo de caso único, com:

- a) Formulação do problema;
- b) Definição da unidade-caso;
- c) Elaboração do protocolo para o estudo da unidade-caso;
- d) Coleta de dados;
- e) Avaliação e análise de dados;
- f) Redação do trabalho.

Yin (2001: pp. 44) ao orientar os cuidados que o pesquisador deve tomar na definição de um estudo de caso, relata que um caso pode ser um evento ou entidade que é menos definido do que um único indivíduo. Já se realizaram estudos de caso sobre decisões, sobre programas de vários tipos, sobre o processo de implantação de alguma coisa em alguma empresa ou entidade e sobre uma mudança organizacional.

O processo de adaptação estratégica voltado ao turismo cultural na Cidade de Goiás é a unidade de análise definida nesse trabalho, pelos processos e rupturas

que o município passou. Além da capacidade e empenho de seus moradores e instituições em construir uma representação da cidade valorizando seu patrimônio cultural.

2.1. Protocolo da Pesquisa

Segundo Yin (2001: pp. 89) o protocolo é uma das temáticas principais para aumentar a confiabilidade da pesquisa de estudo de caso e destina-se a orientar o pesquisador na condução do trabalho. O mesmo autor ressalta que o protocolo deve conter os procedimentos e as regras gerais que devem ser seguidas para utilização desse instrumento.

Para viabilizar a pesquisa, no mês de junho de 2012, foi feita uma primeira visita na Cidade de Goiás com o intuito de identificar as pessoas que fazem parte da Organização Vilaboense de Artes e Tradições (OVAT) para, num segundo momento, serem entrevistados com questões elaboradas pelo pesquisador. Também, realizou-se contatos com antigos e atuais Secretários do município, como o do Planejamento, da Cultura e do Turismo.

No mês de agosto, de 2012, ocorreu uma nova visita com o intuito de consolidar esses contatos e convidá-los para serem entrevistados posteriormente. Após aceitarem o convite, os sujeitos receberam uma cópia do termo de aceite, que eles mesmos assinaram, e a outra ficou sob responsabilidade do pesquisador. O documento prevê que não acontecerá nenhum tipo de exposição, inclusive será mantido o sigilo de sua identificação.

Encerrada essa etapa, buscou-se identificar indícios da adaptação estratégica e acessar documentos de posse dos órgãos que pudessem contribuir com a pesquisa. Nesse contato estabelecido, presenciei a reunião de um grupo, com representantes de vários segmentos que se beneficiam do turismo, para discutirem os rumos e as possibilidades de novas estratégias. Também, foi realizada uma conversa com a secretária do IPHAN na Cidade de Goiás e o presidente da OVAT, em busca de obter informações.

2.2. Critérios para inclusão e exclusão dos sujeitos

Os critérios de seleção dos sujeitos participantes do estudo foram estabelecidos de acordo com sua relação com as instituições organizadas do município, e com, as instituições públicas, ambas envolvidas no processo de planejamento, organização, implementação e controle das estratégias para o patrimônio cultural da Cidade de Goiás.

Geralmente essas pessoas envolvidas com o patrimônio histórico vilaboense, constantemente, já fornecem entrevistas para estudiosos que buscam elaborar trabalhos acadêmicos. Logo, será necessário ter cautela ao tratar as informações obtidas, porque muitas vezes o entrevistado tornou-se extremamente seletivo com relação às respostas disponibilizadas.

As próprias questões podem também trazer certo desconforto para os entrevistados. Não haverá problema algum quando o sujeito quiser pontuar algum desconforto, que tenha detectado no decorrer da entrevista podendo ser corrigido no ato da ação. As entrevistas foram previamente agendadas de acordo com a disponibilidade do entrevistado.

Caso as questões sejam aprovadas e as entrevistas realizadas, todos os sujeitos participantes terão conhecimento das informações que serão apresentadas, tal qual como o termo de aceite para realizar a entrevista e a confidencialidade das informações apresentadas pelo entrevistado.

Após a conclusão do trabalho será encaminhado aos sujeitos participantes uma cópia da pesquisa via CD, para que o trabalho não seja mais um a ocupar espaço nas prateleiras das universidades, o que não impede que o mesmo possa ter uma viabilidade prática e que análises possam ser realizadas a partir de teorias científicas, capazes de interferir na sociedade, contemplando uma expectativa sócio-econômica e cultural.

2.3. Estruturação do Modelo Teórico

O modelo teórico foi construído como um processo de reestruturação trivial entre as organizações, tendo em vista as suas particularidades, baseado nas adaptações estratégicas que as organizações sofrem no decorrer de sua existência ou pontualmente em momentos excepcionais em que o mercado exige transformações para a sua permanência em um mercado altamente competitivo.

Nas pesquisas realizadas até o momento, não foi possível encontrar trabalhos semelhantes abordando adaptações estratégicas como ocorreu na Cidade de Goiás, pois o que é marcante neste município são os inícios e rupturas de processos produtivos como o da exploração aurífera e o seu findar, posteriormente o status de capital do estado de Goiás e sua transferência para Goiânia na década de 1930 e, a partir daí, uma gradativa possibilidade econômica com a exploração do turismo cultural por meio de uma lenta e gradual adaptação estratégica.

Para oportunizar a compreensão é importante perceber a indissociabilidade de conceitos multidisciplinares e de normas legais que corroboram para o processo de adaptação estratégica. Embasadas na legislação e nas normas vigentes, as ações governamentais visam a promoção e a proteção do patrimônio cultural. Além disso, esse conjunto de normas tem como precedente sua definição na Constituição brasileira que norteia as definições estabelecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

Como sendo:

[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nas quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (art. 216, BRASIL, 1988).

A Constituição Federal de 1988 compartilha as responsabilidades entre o poder público juntamente com a sociedade civil para promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventário, do registro, da vigilância, do tombamento², enfim, da desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.

O tombamento é a primeira iniciativa para que a salvaguarda do patrimônio seja efetuada. Esta ação visa colocar o bem à disposição da comunidade a qual pertence e essas iniciativas beneficiam e fomentam o turismo cultural.

A defesa dos bens culturais no Brasil se apresentou em 1934 ganhando espaço na Constituição. Rodrigues (1996) acrescenta que já em 1964, a Conferência Geral da UNESCO em sua 13^a sessão, ocorrida em Paris no dia 19 de novembro, definia os bens culturais de grande importância para o patrimônio cultural de cada país, como: — [...] as obras de arte e de arquitetura, os manuscritos, os livros e outros bens de interesse artístico, histórico ou arqueológico, os documentos etnológicos, os espécimes – tipo flora e fauna, as coleções científicas e as coleções importantes de livros e arquivos musicais. (TEIXEIRA, 2011: pp. 62).

O turismo cultural teve o seu incremento a partir de 1979, com a Carta do Turismo Cultural, estabelecida em Bruxelas, definindo-se como — [...] aquela forma de turismo que tem por objeto, entre outros, a descoberta dos monumentos e locais de interesse. Exerce nestes um efeito positivo, na medida em que contribui – para satisfazer os seus próprios fins – para a sua preservação e proteção (BUCHO, 1998: pp. 81). Além disso, o patrimônio cultural contribui para o desenvolvimento sócio-econômico local, por meio do turismo, promovendo uma convergência entre o crescimento intelectual e as oportunidades de negócio.

Na pesquisa de Ribeiro & Remoaldo (2008), sobre a importância do patrimônio cultural na cidade de Guimarães, Portugal, os autores demonstram as

² O tombamento é um ato administrativo que tem como prática o registro de um bem nos livros do tomo, atribuindo ao estado sua manutenção e preservação. Informações mais detalhadas sobre tombamento podem ser encontradas no decreto-lei nº25 de 30 de novembro de 1937.

preocupações com uma atividade econômica crescente, que para mantê-la, carece de constantes adaptações estratégicas. Os autores ressaltam que a consciência da oportunidade econômica que hoje constitui o turismo cultural está bem representada na frase da autora de Elena Vadillo Lobo (2008: pp. 63), do Instituto de Turismo de Espanha, proferida no “Congresso Internacional ‘Turismo Cultural e Religioso”, que a TUREL/TCR, estrutura sediada em Braga, Portugal, dedicada à dinamização do turismo religioso e cultural, organizou na Póvoa de Varzim, em abril:

Conscientes de los cambios experimentados en el ámbito turístico a nivel mundial, entre los que se encuentra una creciente demanda de segmentación, la administración turística española viene realizando un notable esfuerzo de impulso a la creación de nuevos productos turístico-culturales que satisfagan con unos elevados estándares de calidad una demanda cada vez más exigente y especializada. Fruto de esta segmentación, TURESPAÑA ha desarrollado líneas de promoción específicas orientadas al turismo gastronómico, el turismo idiomático, así como aquel focalizado en eventos o citas culturales de relevancia internacional (RIBEIRO & REMOALDO, 2008: pp. 1304).

Ribeiro & Remoaldo (2008: pp. 1305), apresentam o quanto é importante o empenho do poder público no compartilhamento das responsabilidades e na construção e implementação do processo de adaptação de novas estratégias, destacando a atenção que as autoridades políticas de alguns países (neste caso, a Espanha) acompanham as tendências de evolução do mercado turístico, o texto que se retém parece ilustrar bem a diversidade de segmentos e a complexidade desse mercado, a exigir estratégias de promoção e de aproveitamento bem pensadas e melhor aplicadas, informadas por vínculos estreitos com os territórios turísticos e seus atores. A própria multiplicidade dos agentes envolvidos pressupõe um mínimo de coordenação institucional e a procura de consensos básicos sobre objetivos e vantagens comuns (HENRIQUES, 2007). A coordenação e busca de consensos serão porventura mais necessários, ainda, quando estejam em causa políticas de turismo cultural.

Como se pode perceber, a preocupação com a preservação do patrimônio cultural se encontra em um âmbito mundial e a exploração da atividade turística é indissociável desse contexto. O que aconteceu com o centro histórico da Cidade de Goiás foi a transformação do legado colonial num produto que possui grande potencial econômico. Seguindo o exemplo das cidades espanholas, a Cidade de Goiás também requer aperfeiçoamentos em seus produtos, serviços e eventos, além

de poder dispor de uma diversidade desses mesmos produtos, serviços e eventos, para conquistar sua clientela.

O tombamento dos bens materiais e a abertura dos prédios históricos para visitação pública foi uma importante iniciativa. A criação eventos e a preservação da identidade vilaboense, suas práticas singulares, como a produção e a valorização de comidas típicas, como o empadão goiano e o pastelinho, dentre outras, contribuíram com as estratégias eficientes para manutenção da atividade turística.

A percepção gradativa do processo de adaptação estratégica pode ser compreendida nestas ações supracitadas. Isso possibilita vislumbrar as transformações ocorridas em um ambiente organizacional particularizado, um município marcado por vivenciar importantes etapas da história e sua capacidade, motivada pelos seus moradores, de se rearticular diante de situações adversas.

2.4. Descrição do Objeto de Estudo

A Cidade de Goiás está situada na região centro-oeste do estado de Goiás. Está localizada aproximadamente a 135 km da capital estadual, Goiânia, e a 335 km da capital federal, Brasília. Seus limites geográficos fazem divisa com os seguintes municípios: Faina e Itapuranga na região Norte; Buriti de Goiás e Mossâmedes na região Sul; Itaberaí na Região Sudeste; Matrinchã na região Noroeste; Itapirapuã na região Oeste e o município de Novo Brasil localizado na região Sudoeste. A posição do município contribui para o acesso e a comunicação com os grandes centros e com os municípios circunvizinhos (AGETUR, 2012).

A região possui uma infraestrutura que contribui para a acessibilidade dos visitantes a Cidade de Goiás. Rodovias federais, como a BR 070 favorecem o acesso às capitais de Goiânia e Brasília; a GO 164; GO 429 e a GO 522, também percorrem o município. O aeroporto local, instalado próximo à rodovia BR 070, na saída para a cidade de Itapirapuã, tem uma pista com mais de mil metros pavimentados e com 30 m de largura. O aeroporto dispõe de pousos e decolagens apenas de aviões de pequeno porte e ainda não existe uma constância em sua utilização. O relevo, acidentado, formado pela Serra Dourada e a Serra do Faina,

pelos Morros São Francisco, Cantagalo e Lajes inviabiliza a construção de uma nova pista de pouso capaz de comportar pousos e decolagens de aviões de grande porte (GOIÁS TURISMO, 2010).

A região tem uma biodiversidade rica e variada. O bioma Cerrado com suas árvores de pequeno e médio porte, com seus troncos retorcidos, é predominante e dá o contorno da paisagem entre os morros e as serras que circundam a Cidade de Goiás.

O município, em sua totalidade, possui uma área com 3.118,8 km, o centro histórico é uma parte da cidade que concentra todas as construções coloniais, sendo o receptor de todas as ações referentes a manutenção e a preservação do patrimônio cultural. O patrimônio edificado representa mais de dois séculos de história da produção arquitetônica das metrópoles da época. Essa estrutura faz parte do cotidiano da população vilaboense que, de acordo com o último censo realizado no ano de 2010, é de 24.727 habitantes (PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS; AGETOP, 2011).

O patrimônio edificado é uma oportunidade de rememorar o Período Colonial, tornando-se uma estratégia fortemente utilizada pelo turismo cultural que, atualmente, com a preservação do patrimônio material, esses espaços se tornaram locais acessíveis para visitação, podendo ser contemplados permitindo a sensação de retorno ao passado.

2.5. Delimitação da Pesquisa

Em 2011, fez dez anos que a Cidade de Goiás se tornou Patrimônio Histórico da Humanidade e pouco se conhece sobre a trajetória percorrida nessa primeira década e sobre o processo que levou o município a se tornar uma referência na rota do turismo cultural goiano. Sendo assim, o estudo teve como foco temporal as primeiras ações estratégicas ocorridas a partir da década 1950, que foram fundamentais para aquisição do título após passado quase meio século, servindo como forma de coroação de um trabalho.

2.6. Projeto da Pesquisa e Coleta de dados

Nessa seção definiu-se o referencial metodológico que delineou os caminhos percorridos na elaboração da pesquisa, ou melhor, como foi seu processo de planejamento e embasamento para sua construção, apresentando informações sobre a adaptação estratégica sobre o caso da Cidade de Goiás no decorrer da aquisição do título do Patrimônio Histórico da Humanidade e o tipo de pesquisa concatenado com os objetivos almejados. Com o intuito de nortear, numa sequência ordenada, o conteúdo obtido por meio das leituras realizadas, da apreensão dos conceitos de outras áreas do conhecimento, enfim, organizar e analisar as informações adquiridas no decorrer da pesquisa. Yin (2001) destaca a importância do *design* de pesquisa e enfatiza que este pode ser entendido como um plano que guia o investigador no processo de coletar, analisar e interpretar as observações.

A busca pela compreensão dos ambientes externo e interno é de extrema relevância para a pesquisa, tendo em vista a dialética estabelecida entre uma organização e o ambiente externo, onde a troca de influências gera adaptações. Por isso, acredita-se que os procedimentos do materialismo histórico e dialético contemplem os objetivos propostos pela pesquisa.

Para este trabalho, o *design* escolhido foi o estudo de caso do município de Goiás, inserido na indústria do turismo cultural brasileiro. A pesquisa foi estruturada tendo o contato direto com o município em questão, com o intuito de elaborar entrevistas e coletar informações de indivíduos previamente selecionadas; além de documentos de grupos organizados da sociedade civil e em demais fontes bibliográficas que contribuíram para o construto desse estudo, do setor público ao qual o município possui sua estrutura e sua relação com outras instituições, importantes na coleta das informações para a sua construção teórica.

Este estudo, num primeiro momento, focalizava a primeira década da aquisição do título de Patrimônio Histórico da Humanidade pela Cidade de Goiás, mas no seu decorrer percebeu-se que as ações de adaptação estratégica foram instituídas gradativamente desde o final do século XX. Nesse sentido, foram definidos eixos que o pesquisador considerou importante, na construção do processo de adaptação estratégica pelo município, conforme período estabelecido:

- a) o processo histórico, compreendido por textos e documentos que mostram as decisões e as ações do município;
- b) as estratégias, decisões e ações conforme o período analisado;
- c) a identificação das mudanças, sua análise teórica, levando em consideração a adaptação estratégica e as variáveis que levaram a estas mudanças por meio de entrevistas e documentos dentro do período pré-estabelecido.

2.7. Instrumentos de Pesquisa Destinados a obtenção de dados

2.7.1. Aplicação de entrevistas

A elaboração de entrevistas teve como norte o processo de adaptação estratégica, conforme as informações previamente obtidas na literatura referente a Cidade de Goiás, sobre os resultados das ações que foram implementadas e as expectativas dos agentes implementadores.

A entrevista semi-estruturada foi entendida como uma importante técnica, por se tratar de um questionário elaborado com perguntas básicas sobre o tema a ser investigado. Esta, por sua vez, tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes (TRIVINOS, 1987: pp. 146). O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. O autor afirma, ainda, que a entrevista semi-estruturada “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade”, além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987: pp. 152).

Manzini (1990/1991: pp. 154) enfatiza que a entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual se elabora um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. É um tipo de entrevista que pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma

padronização de alternativas.

Ambos os autores destacam a importância da elaboração de perguntas básicas e principais para atingir o objetivo da pesquisa. Dessa forma, Manzini (2003) salienta que é possível um planejamento da coleta de informações por meio da elaboração de um roteiro com perguntas que atinjam os objetivos pretendidos. O roteiro serviria, então, além de coletar as informações básicas, como um meio para o pesquisador se organizar para o processo de interação com o informante.

Segundo Yin (2001) as entrevistas são essenciais para o estudo de caso. A abordagem dos entrevistados possibilitou uma representação descritiva da trajetória do município no processo de aquisição do título de Patrimônio Histórico da Humanidade. O entrevistado A, foi um membro da executiva da OVAT, o presidente da organização, um dos membros fundadores dessa instituição. Esse sujeito participante contribuiu com o processo de fundação da instituição e acompanhou de forma direta ou indireta a realização das ações estratégicas. Também, como entrevistada B, uma ex-agente do setor público, que antes era vinculada a Secretaria de Cultura e Turismo e desempenhou seu trabalho na gestão de 2008 a 2012. Enfim, os dois entrevistados, em algum momento foram e/ou ainda são atuantes, conhecedores do planejamento das estratégias do patrimônio cultural.

As entrevistas ocorreram com hora marcada antecipadamente com os sujeitos, no espaço reservado, na Fundação Educacional Cidade de Goiás – Frei São Simão. Os participantes foram selecionados com o intuito de possibilitar uma compreensão vista sob óticas diferenciadas, com relação ao mesmo objeto de pesquisa. Foram convidados quatro sujeitos participantes, mas efetivamente, apenas dois tiveram sua entrevista gravada e transcrita, por causa da indisponibilidade dos outros dois.

2.7.2. Análise documental

Esta etapa concentrou-se na análise de documentos oficiais, como cartilhas, folders, registros e o dossiê do patrimônio histórico, além de jornais que circularam no período, conforme recorte temporal definido no estudo.

Os folders apresentam os monumentos recém restaurados que fazem parte dos espaços de visitação turística divulgando as ações do IPHAN; a cartilha orienta os moradores a obterem recursos para restauração dos imóveis particulares, tendo como finalidade e fornecendo suporte, para a manutenção e preservação do patrimônio cultural. O Dossiê do Patrimônio Histórico é o documento elaborado pelo Movimento Pró-Cidade de Goiás com recurso disponibilizado pelo Ministério da Cultura e teve como objetivo a divulgação e a inscrição do município no Patrimônio Mundial.

As informações contidas no Dossiê reverenciam a história da Cidade de Goiás, suas práticas culturais, além de disponibilizar fotos do patrimônio edificado, sendo muitos destes comparados pela sua semelhança ao patrimônio edificado de outras cidades estrangeiras, como é o caso de algumas cidades portuguesas. Informações sobre os bens móveis e imóveis considerados partícipes do patrimônio, também fazem parte desse documento.

2.7.3. Observação de campo

A observação processual faz parte do amadurecimento da pesquisa. Ela foi iniciada em mês julho de 2012, com uma sondagem para obter melhores informações sobre os indivíduos que poderiam ser entrevistados e a viabilidade de seu acesso. A visitação a secretaria municipal de turismo, cultura e planejamento, ao museu São Simão e ao IPHAN também fizeram parte dessa etapa, permitindo compreender as conjecturas estratégicas do patrimônio cultural.

Na visita a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, não foi possível encontrar a Secretária responsável pela pasta, mas foi feito um contato com uma funcionária que se pré-dispôs a conceder a entrevista para realização da pesquisa.

A visita ao IPHAN foi muito relevante, pois foi importante porque possibilitou estabelecer o contato com documentos oficiais (a cartilha e os folders), e por ser contemplado com uma cópia do Dossiê do patrimônio histórico da cidade que foi utilizado na pesquisa.

A Fundação Educacional Cidade de Goiás – Frei São Simão concedeu-nos o espaço para a realização das entrevistas.

2.7.4. Procedimentos de análise dos dados

Na busca de ampliar o trabalho e consolidar seus resultados, a pesquisa teve quatro eixos norteadores, sendo eles teórico, metodológico, empírico e prático, buscando abarcar toda complexidade de embasamento de um trabalho científico.

A observação foi desenvolvida a partir de visitas na região definida para o estudo de caso. A primeira atividade teve como objetivo tentar conhecer indivíduos que se enquadravam no perfil dos entrevistados.

No seu decorrer, as observações sofreram variações de atividades formais de coleta de dados, por meio de uma organização estabelecida anteriormente pelo pesquisador para direcioná-la. Também coube evidenciar as atividades informais, nas quais percebeu-se bastante relevância. Contudo, a realização de entrevistas ocorreu como uma técnica que buscou arrematar o estudo de caso. De forma flexível, as informações que foram adquiridas contribuíram com a temática estudada possibilitando maior clareza na exposição do trabalho, percebendo algumas inquietações e preocupações da sociedade referentes ao espaço em que vivem.

Utilizando-se a abordagem de Richardson apud Souza (2004), classificou-se esta pesquisa como sendo histórica, pois descreve as principais mudanças, ou melhor, ações ocorridas na Cidade de Goiás para aquisição do título de Patrimônio Histórico da Humanidade.

Tendo em vista que o desenvolvimento turístico deve proporcionar o desenvolvimento sócio-econômico e cultural, o levantamento dos dados primários foi feito mediante a aplicação de um questionário estruturado, tipo aberto, para membros da OVAT (Organização Vilaboense de Artes e Tradições) e a uma ex-agente da Secretaria Municipal - da Cultura, Turismo e Planejamento - da cidade que trabalharam e vivenciaram diretamente a ocorrência das adaptações estratégicas. Como não foi possível entrevistar todos os envolvidos no processo,

procurou-se assegurar que o universo selecionado constituiu uma amostragem capaz de representar a opinião da população envolvida com as atividades culturais e turísticas.

Os dados secundários foram obtidos mediante pesquisa bibliográfica, normas e documentos, com a finalidade de se fazer uma revisão sobre conceitos e fundamentos referentes às concepções de turismo, de planejamento estratégico, de patrimônio cultural, buscando uma articulação de ideias que possam construir e consolidar a compreensão acerca do potencial turístico da Cidade de Goiás.

Num primeiro momento as ações se concentraram na sondagem por meio de visitação na cidade, fazendo contatos e identificando as possíveis pessoas a ser entrevistadas. O foco foi voltado para membros da executiva de organizações ou associações da sociedade civil e perceber novas perspectivas como atrativos turísticos. Após essa etapa, foi feita uma pesquisa nos documentos para compreender as ações e as expectativas do setor público que, conseqüentemente, ressoaram no setor privado, com relação as adaptações estratégicas do patrimônio cultural, buscando um retrospecto das ações e sua importância para o turismo, na temporalidade prevista na pesquisa.

Em seguida, com a finalização da coleta, ocorreu a junção dessas informações, sendo as mesmas analisadas por meio de método qualitativo, que no seu construto foram suficientes para a produção da dissertação.

CAPÍTULO III

3. A Cidade de Goiás e seu patrimônio material e imaterial: o processo de adaptações estratégicas e a consolidação do turismo cultural

A transferência da capital do Estado de Goiás, sediada até então na Cidade de Goiás, para Goiânia causou grande insatisfação aos vilaboenses. A iniciativa ocorrida em 1937 levou aos moradores do município incertezas e um certo desconforto causado pela falta de perspectiva econômica, visto que a estrutura administrativa também se deslocava para a nova capital.

Foi um momento conturbado para os vilaboenses, capaz de despertar nostalgia até os dias de hoje àqueles que vivenciaram o período. Sentimentos que, para muitos, foram reformulados a uma nova realidade a partir de 2001, com a aquisição do título de Patrimônio Histórico da Humanidade. A aquisição foi fruto de sucessivas ações que, paulatinamente, se iniciaram em 1950, por iniciativa e estratégias de vários grupos, orientados pela sua competência legal, tendo seu principal desdobramento em 2001. Apesar desse espaço de tempo, muitos entraves ainda são percebidos.

Este capítulo apresenta as adaptações estratégicas ocorridas na Cidade de Goiás, no período proposto, lembrando que, cada vez mais, o Estado busca incorporar em suas práticas, ações utilizadas nas organizações privadas que contribuem para um melhor gerenciamento dos projetos, buscando êxito e viabilizando a participação da sociedade civil organizada nos processos.

3.1. Período I - de 1950 a 1970

No início da década de 1950 a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) se estabelece na antiga capital com a tarefa de realizar o tombamento de prédios públicos e religiosos. Porém, por desconhecimento do que viria a acontecer, a desconfiança dos moradores ainda permanecia, até porque pouco se ouvia falar sobre esse tipo processo.

Delgado (2005), por meio de entrevistas realizadas com moradores da cidade,

ressalta o sentimento das pessoas que passaram pela mudança da capital e que nesse momento se deparavam com um processo de tombamento. O que chama a atenção da autora é que, “síndrome da mudança” e “trauma da mudança” são expressões utilizadas pelos vilaboenses entrevistados para explicar o comportamento daqueles que identificavam o “tombamento com atraso, a estagnação da cidade”, enquanto que o “sonho de Goiás era crescer, se igualar a Goiânia” (Hercival Alves de Castro – ex-secretário municipal da Cultura, entrevista cedida a Delgado (2005) em 14 de novembro de 2001).

A fala do ex-Secretário municipal de Cultura, Hercival Alves de Castro, converge com o pensamento de grande parte da sociedade e mesmo com tantas incertezas muitas ações foram efetivadas. Delgado (2005, pp. 118) descreve algumas ações ocorridas em 1950 pela DPHAN, como a inscrição no Livro do Tombo das Belas-Artes da Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte (construída em 1779), a Igreja de São Francisco de Paula (1761), a Igreja de Nossa Senhora do Carmo (1786), a Igreja de Nossa Senhora da Abadia (1790), A Igreja de Santa Bárbara (1780). No Livro do Tombo Histórico, foi registrado o Quartel do Vinte (1747). Em 1951, no Livro do Tombo das Belas-Artes, ocorreu a inscrição da Casa de Câmara e Cadeia (1761); do Chafariz de Cauda da Boa Morte (1778), da Casa de Fundição e do Palácio Conde dos Arcos (Figura 2), construções contíguas que resultaram de adaptações realizadas em cinco edifícios residenciais, datadas do início do século XVIII.

Figura 2 - Ao centro da imagem está a Igreja da Boa Morte, atual museu, e a direita está o Palácio Conde dos Arcos.



Fonte: Disponível em: <http://www.vilaboadegoias.com.br/cidade/fotos_cidades.htm>. Acesso em: junho de 2013.

Os monumentos foram investidos pelo processo de tombamento tendo o reconhecimento de artefatos com valor histórico capazes de representar a memória dos povos que, naquele espaço, contribuíram na construção da identidade local. Mesmo com essas iniciativas, as mudanças aconteceram apenas no âmbito documental, já na rotina da cidade pouco foram suas influências até porque as restaurações não acompanharam os trâmites documentais. Essas intervenções foram mais demoradas e, com isso, a movimentação turística permaneceu inalterada.

As antigas Casas de Câmara e Cadeia chamam a atenção por terem sido construídas sob algumas normas específicas desse tipo de edificação: no térreo, encontra-se a cadeia e, no pavimento superior estavam os amplos salões destinados às atividades legislativa e judiciária da antiga capital. O acesso às salas da prisão era feito, originalmente, por alçapões no piso do pavimento superior. Um dos edifícios mais imponentes da Cidade de Goiás, o atual Museu das Bandeiras (Figura 3) foi construído na parte alta na praça do Largo do Chafariz (CONHECENDO MUSEUS, 2013).

Figura 3 - O Museu das Bandeiras foi construído no século XVII por mão-de-obra escrava, funcionava como presídio para atender as necessidades de carceragem.



Fonte: Disponível em: <http://www.vilaboadegoias.com.br/cidade/fotos_cidades.htm>. Acesso em: junho de 2013.

Sobre a primeira intervenção do órgão federal do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na Cidade de Goiás, Delgado (2005) ressalta que inicialmente esta não foi acompanhada de uma política de gestão efetiva dos bens tombados que viesse a provocar alterações no desenvolvimento urbano. A configuração da cidade histórica e turística é um processo lento e complexo, que não pode ser compreendido sem a análise das práticas discursivas da Organização Vilaboense de Artes e Tradições (OVAT), que propõe o resgate e a manutenção das tradições como gestão do futuro da cidade.

Na década de 1960 as ações do IPHAN estavam voltadas em criar casas de cultura e recuperar espaços físicos que tivessem alguma representatividade histórica e artística para a cultura brasileira. Havia uma tendência ao tombamento de conjuntos arquitetônicos ligados a cultura barroca, oriundas da cultura instituída no período colonial. A predileção justificava-se pelo processo acelerado de urbanização que condenava os bens ao desaparecimento. Essa política permaneceu por volta de, aproximadamente, 40 anos.

Peregrino (2012) destaca a importância da sacralização de instrumentos de cultura, na fala do conselheiro Artur Reis, em que ocorre um culto as tradições, ao passado.

Não esqueçamos que, nos momentos mais difíceis da vida dos povos, o culto do passado, o tradicionalismo, hoje tão malsinado, serviu de manutenção das esperanças e valeu como fogo sagrado, necessário as energias que se perdiam ou interrompiam e estavam precisando de renovação, do rejuvenescimento que se foi buscar no que ele representa, isto é, nos valores do pretérito distante ou próximo como a lição eterna a guiar o mundo (PEREGRINO apud REIS, 1969: pp. 57).

É com essa mesma perspectiva que surge na Cidade de Goiás, a Organização Vilaboense de Artes e Tradições (OVAT), que reuniu um grupo de jovens moradores do município, com alguma atuação no âmbito cultural, decidindo criar artifícios, retomando e reinventando a cultura local.

Segundo Delgado (2005), os fundadores dessa organização se intitulam de herdeiros do movimento antimudancista e a concebem enquanto institucionalização do “movimento de ação cultural” organizado na esteira da “reação à mudança” da capital para Goiânia. Elder Camargo de Passos, que preside a organização desde

sua criação, estabelece o discurso fundador:

Aí na década de sessenta nós criamos a Ovat, Organização Vilaboense de Artes e Tradições, que era um grupo de pessoas ligadas a cultura e à arte e começamos a planejar o que seria Goiás para o futuro. De que ele poderia viver, de que? Nós partimos a pesquisar e ver que o passado de Goiás era um passado muito rico em tradições, em arte, em cultura, em história. Desde a fundação até 1937, a vida do Estado rolou aqui dentro. Então, quer queira, quer não queira, isso já é um ponto fantástico. E nós tínhamos vários prédios que estavam aí abandonados, que estavam deixados, emprestados a órgãos públicos, a escolas, a “n” coisas. Aí nós começamos a fazer um levantamento histórico. [...] Nós vimos que o futuro de Goiás era o passado (DELGADO, 2005).

Cabe ressaltar que para a Organização Vilaboense de Artes e Tradições, os elementos que constituem a memória coletiva da cidade, é condição indissociável do patrimônio cultural, ao passo que para o IPHAN, apenas as edificações das cidades históricas os são.

Foram inúmeras as estratégias implementadas pela OVAT com o intuito de fomentar o turismo cultural. Ou melhor, a organização incorporou um discurso preservacionista buscando resgatar o patrimônio cultural da Cidade de Goiás, vislumbrando a produção da cidade como turística. Para tanto, foram revitalizados prédios históricos que estavam praticamente abandonados ou com finalidade inviável ao objetivo do grupo.

Ao vislumbrar que “o futuro de Goiás era o passado”, a Ovat empreende e estimula várias ações culturais: o Gabinete Literário, fundado em 1864, foi reaberto; os saraus foram revitalizados; as manifestações folclóricas e musicais foram pesquisadas e registradas; o acervo de arte sacra foi reunido no Museu da Cúria e, posteriormente, no atual Museu de Arte Sacra da Boa Morte; modificações foram implementadas na celebração da Semana Santa, que passou a contar com a Procissão do Fogaréu (Delgado, 2005: pp. 121).

A Semana Santa é um dos grandes eventos que acontece na Cidade de Goiás. Sua projeção foi incentivada pela OVAT quando a organização articula a inserção da Procissão do Fogaréu no evento (Figura 4), fortalecendo e potencializando, a partir daí, uma festa religiosa que atrai milhares de turistas a cada ano.

Figura 4 - Os farricôcos na Procissão do Fogaréu, durante a Semana Santa, na Cidade de Goiás



Fonte: Disponível em: <http://www.vilaboadegoias.com.br/cidade/fotos_cidades.htm>. Acesso em: junho de 2013.

O ritual da Procissão do Fogaréu constituiu um espetáculo de cunho religioso que, com suas representações, envolvem o público num tipo de show teatral que faz alusão a captura e crucificação de Cristo. Nessa trama, o que chama mais a atenção são os farricôcos³, que atuam como importantes personagens do evento festivo, e é o maior atrativo para quem o prestigia, sendo moradores locais e principalmente os turistas. Enfim, neste período a adaptação estratégica voltou-se ao turismo sobre o patrimônio histórico do município.

³ Os farricôcos representam os soldados romanos perseguidores de Cristo, só que os soldados romanos vestiam uma espécie de saia curta, com coletes de armadura e escudo nas mãos. Para saber mais conheça a dissertação de Carneiro, “Cartografia de Goiás: patrimônio, festa e memórias”, 2005.

3.2. Período II - de 1970 a 1990

Em meio à ditadura militar no Brasil, o discurso de preservação do patrimônio nacional permanecia embasada sobre as estruturas de uma memória erudita, legado herdado da colonização europeia e pouco se falava em cultura popular. Existia uma preocupação no reforço da identidade do povo brasileiro, em que a proteção da história e da memória faziam parte de um projeto da política de segurança nacional.

A cultura popular iniciou o seu processo de reconhecimento institucional a partir da abertura política e da transição democrática na década de 70. Desse período, pode-se mencionar as lutas dos movimentos sociais que adquiriram força por meio de suas reivindicações e a lei de anistia⁴, que possibilitou o retorno de uma leva de intelectuais exilados em outros países ao Brasil. Foram alguns dos acontecimentos que contribuíram para que uma nova construção cultural ganhasse destaque e influenciasse as normas legais.

Já no final dessa mesma década, a cultura e seus novos atributos influenciam as ações do IPHAN. Em 1978, ocorre a segunda intervenção na Cidade de Goiás e a concepção de proteção havia se estendido aos monumentos que estavam em torno dos bens patrimoniais, além de conjuntos urbanos. Os conjuntos paisagísticos também tiveram seu reconhecimento, sendo inscritos no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, que ligam os prédios tombados.

A concepção de patrimônio se ampliava e o órgão do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional definiu não só a preservação de monumentos isolados, mas uma parte da cidade se submeteria às normas legais de preservação. Nesse espaço, um agregado de bens culturais passou a ser conhecido como o centro histórico, com *status* de monumento nacional. As intervenções do IPHAN na Cidade de Goiás convergiam com o Programa das Cidades Históricas, criado em 1973 pelo governo federal com o intuito de promover o turismo cultural.

Se num primeiro momento a Secretaria do Patrimônio Histórico e Nacional

⁴ Para saber mais sobre a Lei de Anistia, consultar a Lei Nº 6.683 de 28 de agosto de 1979.

(SPHAN) buscava garantir a aplicabilidade legal e a preservação dos bens tombados, com essa nova concepção de patrimônio a competência da SPHAN também se ampliava, passando a gerir o espaço protegido, mantê-lo, restaurá-lo e revitalizá-lo, caso fosse necessário. Esse momento foi considerado um divisor de águas em que, Aloísio Magalhães assume a direção do IPHAN e simultaneamente subdivide a instituição em dois órgãos interligados, fazendo parte do Ministério da Educação e Cultura. O IPHAN passou a ser Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, englobando a Fundação Nacional Pró-Memória (Sphan/Pró-Memória).

Essa nova concepção da Sphan/Pró-Memória se reestruturava numa fase moderna enquanto instituição, seguia diretrizes orientadas nas mudanças políticas que passavam à sociedade brasileira. Diferentemente do que preconizava a história oficial, o discurso de Aloísio Magalhães criticava o papel que o IPHAN havia desempenhado e propunha uma concepção que promovesse a incorporação da antropologia, ao propor que as práticas do Iphan se voltassem para identificar, documentar, classificar, proteger e divulgar os bens culturais brasileiros, “procedentes sobretudo do fazer popular” que estão “inseridos na dinâmica viva do cotidiano” (DELGADO apud MAGALHÃES, 1984: pp. 42).

De acordo com Delgado (2005), essa nova concepção de Patrimônio Histórico, denota ruptura com o campo discursivo elaborado na primeira fase da instituição. Estava em construção uma concepção de patrimônio interligada com categorias discursivas construídas na esfera da economia. O objeto da política estatal não foi apenas o monumento isolado e/ou o conjunto arquitetônico e paisagístico tombado, mas compreende todo o núcleo urbano. Os objetivos do patrimônio não eram mais explicados apenas em termos da preservação de bens excepcionais que materializam a nação, mas incluem a preocupação com o uso social que deve proporcionar a geração de renda nas cidades históricas.

Na Cidade de Goiás a adaptação estratégica voltada para o turismo cultural se deu com a ênfase na articulação de um discurso agregador, com o intuito de construir uma identidade para o município capaz de potencializar seus atributos culturais, permeado por categorias como a forte tradição, o passado e a cultura, consolidando-o como o berço da cultura goiana.

Nesse processo de adaptações que viabilizaram o turismo cultural, vale ressaltar a importância da OVAT, que suas ações tiveram o objetivo de potencializar as tradições, agregando signos⁵, transformando-os naquilo que era importante ao IPHAN, na formação de um patrimônio cultural particularizado, podendo ser encontrado apenas naquela região, construindo uma identidade dos moradores da região.

A Cidade de Goiás, incorporada ao patrimônio pelo IPHAN, foi investida de significados por esse processo de invenção de uma tradição, que não deixa de ser uma estratégia, objetivando a construção da “identidade vilaboense”. Sobre a forma que o simbolismo fora construído, Delgado (2005: pp. 121) ressalta que ao produzir o patrimônio imaterial, atribuem-se conteúdos simbólicos a determinadas práticas culturais, sacralizando-as como genuínas e autênticas por testemunharem a identidade regional cuja origem configura-se na cidade ancestral, onde se deu o início da formação intelectual do povo goiano.

Desde 1970 o IPHAN investe sistematicamente na manutenção, restauração, revitalização e gestão da área protegida, tombamento e entorno, com intervenções pontuais sobre bens imóveis, mas que ao longo do tempo conforma um conjunto que constitui uma ação eminentemente urbana, especialmente no efeito exemplar à população. No início dos anos 80 foi implantado na Cidade de Goiás um escritório da Diretoria Regional do IPHAN, que até então não possuía uma sede própria no município e o órgão sempre tem apoiado as manifestações culturais da cidade, sendo que a partir de 1986 atuou na área de Educação Patrimonial, através do programa Conhecer para Preservar, com resultados altamente positivos (Cartilha do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural).

Delgado (2005: pp. 122) confirma a importância da OVAT e a adaptação de estratégias desencadeadas por essa organização no processo de aquisição do título

⁵ O signo linguístico é um elemento representativo que apresenta dois aspectos: o significado e o significante. Ao escutar uma determinada palavra, reconhecemos a sequência de sons que a formam. Esses sons se identificam, quando conhecemos o **objeto**, com a lembrança que está em nossa memória. Essa lembrança constitui uma real imagem sonora, armazenada em nosso cérebro que é o significante. Quando escutamos essa palavra, logo pensamos no objeto, em forma com a qual conhecemos. Esse conceito que nos vem à mente é o significado do signo objeto e também se encontra armazenado em nossa memória (<http://www.soportugues.com.br/secoes/seman/seman4.php>).

de Patrimônio Histórico da Humanidade, afirmando que a OVAT promoveu a associação entre a preservação do patrimônio cultural e o impulso ao turismo, atribuindo-se a responsabilidade pela alteração no desenvolvimento da cidade. De acordo com as palavras do presidente da OVAT e de outros vilaboenses em entrevistas concedidas aos jornais, o título de “Patrimônio da Humanidade” aparece como um coroamento para o esforço empreendido ao longo de mais de 30 anos de trabalho desse grupo que ainda dirige as instituições culturais.

3.3. Período III – 1990 a 2011

Na década de 1990, quase todos os esforços dos grupos interessados na viabilidade do patrimônio cultural foram concentrados na aquisição do título de Patrimônio Histórico da Humanidade pela Cidade de Goiás. As políticas de manutenção, preservação e educação patrimonial foram cada vez mais revigoradas e ajustadas ao município, na busca de viabilizar as exigências dos órgãos responsáveis pela avaliação do patrimônio. O jornal de grande circulação, Diário da Manhã, do dia 30 de junho de 2001, noticiou a vinda de Alfredo Conti, representante da UNESCO que veio visitar a cidade para fazer um relatório técnico em 1999 reconheceu que, além das construções típicas do período da exploração do ouro e do traçado da cidade, a cidade tinha outros tesouros para mostrar ao mundo: “Aqui aconteceu um fato raro quando se trata de cidades históricas. O povo de Goiás foi capaz de preservar também valores culturais e manter qualidade do meio ambiente. As autoridades e o povo estão determinados em manter esse patrimônio (Jornal Diário da Manhã, 30 de junho de 2001).

Para demonstrar a importância da comunidade nesse processo, o IPHAN realizou 90 entrevistas com moradores do município, buscando identificar as referências culturais relacionadas aos valores atribuídos por ela própria. O documento de inscrição do município a UNESCO reforça que os monumentos arquitetônicos, constituem-se como referências culturais, por configurarem uma identidade e um sentimento simbólico da região para seus habitantes, as festas e comemorações, as músicas, as artes e ofícios artesanais, os documentos e objetos antigos, o patrimônio natural que se destacam na paisagem (DOSSIÊ: proposição de

inscrição da Cidade de Goiás na lista do Patrimônio da Humanidade. Goiânia: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, 1999. 1 CD-ROM).

O patrimônio cultural movimenta o turismo na Cidade de Goiás. A manutenção desse patrimônio é uma das grandes preocupações para a manutenção do título. Por isso são criados programas com essa finalidade, mantendo a arquitetura e incentivando a promoção de eventos culturais.

De acordo com a cartilha do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural (FUNAPRI), o **Programa Monumenta**, criado em 1995, foi uma iniciativa realizada pelo IPHAN com apoio financeiro do BID e apoio técnico da UNESCO. Uma das prerrogativas do Monumenta é estimular ações compartilhadas entre governo, comunidade e iniciativa privada. Para isso, foi criado o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, mais uma estratégia para garantir a sustentabilidade do Programa.

É importante apresentar informações relacionadas aos programas incentivadores, porque os seus objetivos são de cunho estratégicos, aliando a preservação de conjuntos urbanos das cidades históricas brasileiras sob proteção federal. Eles se concentram em três linhas de atuação. A primeira é a de preservar o patrimônio histórico e artístico; a segunda é de conscientizar a população sobre a importância do patrimônio e a terceira foi estimular a utilização econômica, cultural e social das áreas em recuperação.

Em 2005, o Programa entrou em um novo patamar: com ações de preservação sustentada. São selecionados, por meio de edital, 77 projetos de promoção de atividades econômicas, de qualificação profissional em restauro e conservação e de criação de núcleos de educação profissional em 46 cidades históricas brasileiras (http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=165 acessado no dia 09 de novembro de 2012).

Essa iniciativa promoveu uma linha de financiamento para a recuperação de imóveis particulares e apoiou projetos de educação patrimonial, capacitação e formação de mão-de-obra, objetivando a geração de renda local, prevendo também, o estímulo a ações compartilhadas entre todas as esferas de governo e a sociedade

civil, mantendo a estratégia de garantir a continuidade das ações.

Sempre que ocorre uma iniciativa do poder público, que dispõe de recursos para a manutenção do patrimônio, os moradores se estimulam em dar continuidade aos projetos, e quando ocorre os eventos na cidade, constituem empreendimentos temporários para ampliar a oferta da prestação de serviços ao turista. Mas mesmo assim, existem alguns descontentamentos provenientes de uma estruturação melhor organizada da atividade econômica.

Dados do SEPLAN/SEPIN (2010) apontam que a cidade teve crescimento em arrecadação abaixo da média do Estado e de outras cidades turísticas goianas, como Pirenópolis, Caldas Novas e Alto Paraíso, que não possuem o título de Patrimônio da Humanidade (TEIXEIRA, 2011).

E a situação se agrava quando se trata da distribuição de recursos para fomentar o desenvolvimento do trabalho com o patrimônio cultural. Como apresenta Borges (2010),

(...) Há um descontentamento geral por parte dos curadores e responsáveis pelos monumentos históricos em relação à distribuição de verbas para a manutenção e divulgação dos atrativos. No momento apenas governo federal através do IPHAN e do Ministério da Cultura estão disponibilizando programas para a manutenção e sustentabilidade da cidade patrimônio (BORGES, 2010).

A escassez de recursos econômicos é um fator que desestrutura um planejamento tendo em vista que para quaisquer iniciativas demandam gastos que são impedidos por essa deficiência. Tal fator, implica diretamente na instabilidade do turismo como atividade produtiva.

Nesse período um fator muito relevante e que deve ser mencionado, foi a criação do Festival Internacional de Cinema Ambiental (FICA), que promove uma grande movimentação turística na Cidade de Goiás. Ao ressaltar a importância da questão ambiental, o evento atrai gente do mundo inteiro.

Desde o início, o festival busca fortalecer-se como palco das discussões da temática ambiental dentro de um conceito mais amplo, que combine desenvolvimento com a melhor qualidade de vida no planeta. Nesse aspecto, o Fica abre espaço para as discussões do desenvolvimento sustentável não apenas na tela, mas com oficinas, mesas-redondas, palestras e outras atividades que levam à

mais ampla abordagem das questões do meio ambiente. Por essa linha de ação busca ainda reforçar a consciência para a melhor relação homem/natureza (<http://fica.art.br/o-festival>).

Na verdade, o FICA vai além do cinema. Possui uma programação multicultural paralela, pondo em cena espetáculos que valorizam a criação musical, o teatro, a dança e literatura. O alcance e os benefícios do festival são imensos. Durante sua realização, o turismo se amplia, e com ele o número de empregos. Na velha capital de Goiás, circulam informação, cultura e pessoas interessantes de todo o mundo. Enfim, o festival avança como precioso momento em que história, cultura e meio ambiente se encontram em nome da cidadania e de uma vida de melhor qualidade para todos (<http://fica.art.br/o-festival>).

3.4. Estratégias para o turismo sustentável

Para a sustentabilidade do turismo é importante ressaltar que não existe um modelo ideal, mas a valorização de experiências acumuladas em outras cidades que possuem situação similar ao caso apresentado. Por isso adquire grande relevância. Contudo, vale reforçar que se trata de uma atividade econômica que cresce e se amplia a cada dia, portanto o seu posicionamento deve ser bem norteado. Ribeiro & Remoaldo concebe a elaboração de estratégias ao turismo da seguinte forma:

Embora não exista um modelo ideal de desenvolvimento sustentável, uma vez que os sistemas econômicos, sociais, políticos e os próprios recursos naturais, variam de lugar para lugar, Donaire (1998) aponta sete princípios básicos que identificam um modelo de desenvolvimento turístico sustentável. São eles: o planejamento, a integração, a abertura, a dimensão, a participação, a perdurabilidade e a viabilidade (RIBEIRO & REMOALDO, 2008: pp. 1310).

Aproveitando as experiências sobre o constructo das estratégias para um desenvolvimento sustentável turístico, Ribeiro & Remoaldo (2008) destacam importantes pontos que julgam ser fundamentais e demandam certa atenção:

i) Turismo planejado: o planejamento turístico envolve o estudo aprofundado da situação presente e futuro e a tomada de decisões com base em informação sobre variáveis econômicas, ambientais, sociais e culturais que intervêm no processo turístico;

ii) Turismo integrado: o turismo deve ter em conta a identidade do lugar onde se desenvolve – a arquitetura, as pessoas, as festividades, a gastronomia, etc., integrando a riqueza cultural e econômica do espaço receptivo;

iii) Turismo aberto: o turismo sustentável é, essencialmente, uma estratégia de âmbito local, aberta num certo quadro territorial, de modo que os espaços naturais próximos, as localidades vizinhas possam integrar a sua oferta turística;

iv) Turismo dimensionado: o turismo sustentável deve ser dimensionado, temporal e espacialmente, o que permitirá reduzir a sazonalidade e assegurar a reabilitação do território e a qualidade da experiência turística;

v) Turismo participativo: o turismo sustentável é uma estratégia que tem de ser assumida por todos os agentes que intervêm no processo turístico, o que implica a sua participação ativa;

vi) Turismo duradouro: o turismo sustentável, ao compatibilizar o crescimento econômico com a preservação do meio ambiente e a identidade local, assegura a sua continuidade a médio e longo prazo (2008).

Essas premissas estratégicas demonstram uma forma de avaliar e elaborar um planejamento voltado para o turismo e apresenta orientações que as pessoas responsáveis por esse trabalho devem seguir.

As intervenções no processo de adaptação estratégica foram pontuais na Cidade de Goiás. Na primeira intervenção na Cidade de Goiás, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional consagrou bens isolados como monumentos históricos, a partir da concepção de patrimônio que orientava sua atuação desde a criação. Na segunda intervenção, ocorre uma articulação engajada em fortalecer o patrimônio, com a ampliação dos bens patrimoniais pertencentes ao centro histórico do município e a inscrição de bens culturais já reconhecidos, mas com o intuito de valorizar ainda mais, os bens como o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Largo do Chafariz e o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Rua de Fundação. Junto a estes bens incorporados, também pode-se evidenciar vários conjuntos paisagísticos formados pelas ruas que fazem a ligação entre os prédios tombados, assim como a Praça Castelo Branco, antigo Largo do Palácio (DELGADO, 2005).

Junto a essas práticas, destaca-se o papel da OVAT que implementou uma das maiores ações de adaptação estratégica na Cidade de Goiás, ao reinventar a Procissão do Fogaréu e fazê-la um dos maiores eventos do estado de Goiás. De acordo com o entrevistado representante da OVAT, a reinvenção das festas foi a principal ação implementada:

“(...) fizemos um estudo da semana santa, como é que ela era, como é que ... era realizada, o que é que tinha o que é que deixou de ter. Aí fomos levantando e vimos que a única coisa que faltava era a Procissão do Fogaréu, que já tinha estado, desde 1745. Daí teve uma vacância muito grande, e só em 1800, no final de 1800 é que ela voltou a ser realizada. Aí depois tornou a desaparecer. Aí nós levantamos, vimos a procissão do fogaréu, fizemos entrevistas com pessoas de mais idade, de noventa, oitenta, noventa anos pra dizer como é que era a procissão do fogaréu. Aí levantamos... vimos que tinha uma série de ponderações, de proibições que hoje em dia não se fazia mais necessária e nem conseguiríamos. Primeiro, mulher não podia acompanhar. Como é que você proíbe mulher de acompanhar a procissão? Não tem como. É... tinha um farricoco, ele sumia, desaparecia no meio do povo, para 1800 era um elemento que o padre (...) tinha fixado aqui, tinha colocado essa semana santa, de Sevilha, de origem espanhola, e pra ele trouxe o que era lá da terra dele ele colocou aqui. Então nós fomos fazendo as modificações que achamos que precisava e fomos levantando. Aí vimos que, de fato, isso seria uma das primeiras coisas. A Igreja já tinha festa de páscoa, festa das dores a festa da Semana Santa também, só faltava a procissão do fogaréu. Aí nós fomos conversamos com o bispo e tal, ele concordou. Explicamos pra ele como era, como não era, daí fizemos. Então, desde 66 a procissão do fogaréu foi reintroduzida aqui em Goiás” (Entrevistado A).

A organização, na sua constituição na década de 50, detinha o capital intelectual, posteriormente, com trabalho demonstrado, adquiriu o monopólio dos principais cargos nas entidades que promovem a cultura no município. Com grande potencial de articulação, conquistou o poder político, consolidando-se como autoridade na construção da cultura vilaboense. Tal posição desencadeou conflitos entre outros grupos na Cidade de Goiás, pelo fato da OVAT ser considerada um grupo centralizador em suas decisões, não dispondo de espaço para outros posicionamentos.

Segundo Pierre Bourdieu (1989), o que está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem da realidade da unidade e a identidade do grupo. Institui princípios de visão, divisão e classificação do mundo social. Como "especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro)", são

travadas "lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social" (Bourdieu, 1989, p. 113).

Além das atividades econômicas tradicionais, existiram algumas ações relacionadas à tradição cultural religiosa, mas elas não eram totalmente voltadas ao turista. A Procissão do Fogaréu se tornou o principal ícone atrativo da Semana Santa na Cidade de Goiás. Ainda segundo o entrevistado representante da OVAT:

"E isso chamou muito a atenção do turista, (...) do visitante que vinha pra ver mais a procissão do fogaréu como até hoje, e nós aproveitamos as cerimônias que tinham, outras e colocamos tudo quanto foi música goiana, vilaboense, para tá participando dentro dessas comemorações para valorizar a parte musical (...). Isso aí foi o começo e tal e... fomos crescendo criamos o coral, já tinha outros corais, criamos e tal... e foi evoluindo. E tá aí como tá hoje" (Entrevistado A).

A expansão das atividades e a elaboração mais organizada dos eventos ampliaram os atrativos e valorizaram o patrimônio cultural. Esses melhoramentos foram de extrema relevância na constituição do projeto estratégico voltado ao turismo cultural e na tentativa de construir uma nova história, até porque a economia do município era voltada para a agropecuária e o comércio local.

Nas décadas de 1950 e 1960 a sociedade vilaboense ainda vivia os resquícios da transferência da capital. A perda da função administrativa foi um fator agravante para a auto-estima dos vilaboenses. A construção de uma cultura voltada à valorização da sociedade e sua inserção como pertencente do patrimônio histórico aconteceu de forma lenta e gradual, porém, bastante suscetível a questionamentos.

Segundo o entrevistado A, a sociedade vilaboense incorporou a cultura do turismo como uma cultura organizacional, por participarem dos eventos, se envolvendo nas atividades com o seu trabalho e gerando renda.

Já a posição de uma ex-funcionária da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo da Cidade de Goiás diverge um pouco quando se trata do envolvimento da sociedade nas atividades turísticas:

" Pensar a gente já pensou muita coisa, só que não tem ações. Por exemplo, fechar o centro histórico todo fim de semana e fazer disso um fato. Fechar na sexta feira e abrir domingo a noite, eu acho que seria uma ação forte para não ter aqueles carros de som automotivo sabe. Pra ter

uma cidade realmente romântica como é a cidade de Goiás. (...) O fechamento do centro histórico, eu já tentei quando eu estava na secretaria. Tentamos fechar, aí tem as controvérsias, os comerciantes locais dizem que cai o ritmo, cai as vendas, mas isso com um ou dois meses normaliza. As pessoas vão se acostumando, só que eles não esperam, então é uma questão de entendimento. (...) As pessoas vem pra cá porque a cidade é turística e não pra ficar escutando um som automotivo” (Entrevistada B).

Acredita-se que há possibilidades de elaborar estratégias para atrair turistas com maior poder econômico, mas os comerciantes não ousam em se arriscar com receio de enfraquecer o comércio já consolidado. A entrevistada B, ao citar uma possibilidade estratégica, ressalta que o centro histórico da Cidade de Goiás possui uma característica romântica e isso poderia ser usado como uma estratégia diferenciada para um perfil específico de clientes, aqueles que detêm um maior poder econômico.

Isso nos remete a um fator tradicionalista dos empreendedores e um receio. Por outro lado, no processo de observação da pesquisa, percebeu-se uma movimentação na sociedade civil em busca de novos atrativos como produto para o turista. Foi possível conhecer um pouco do trabalho de novos grupos que iniciaram suas ações na Cidade de Goiás, como é o caso do Bloco Cultural Pilão de Prata, evidenciando a importância da cultura afro no município, envolvendo a comunidade local nas suas atividades de desfile, participando de danças e utilizando instrumentos de percussão. Tal movimento teve o intuito de reforçar a identidade local e, conseqüentemente a cultura organizacional, por meio de suas práticas educativas, referendando a presença do negro na Cidade de Goiás.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa constituiu um estudo analítico sobre o pensamento estratégico e o seu processo de elaboração, implementação e modificação. As modificações, sendo compreendidas como processo que sofre a ação de adaptações estratégicas influenciadas pelas mudanças no ambiente interno e externo da indústria a qual está vinculada a atividade econômico-produtiva. Fatores relevantes como a cultura organizacional adquirem importância por se tratar de um município empreendedor, como é o caso da Cidade de Goiás, que com uma dinâmica bem peculiar valorizou seu patrimônio cultural, percebendo-o como fundamental atrativo para o desenvolvimento do turismo.

Os documentos que compuseram a realização desta pesquisa trouxeram informações passíveis de reflexão, para compreender como ocorreu a invenção da Cidade de Goiás como patrimônio histórico e seus mecanismos de sustentação. A complexidade da cultura, da identidade, da cultura organizacional do povo vilaboense, pode ser reconhecida no Dossiê de proposição de inscrição da Cidade de Goiás na lista do Patrimônio da Humanidade. Esse é um documento composto por informações que elucidam o processo histórico brasileiro, a valorização da Cidade de Goiás e dos vilaboenses, com a aquisição do título de patrimônio da humanidade, conecta-se a cultura organizacional nos moldes empresariais.

Nesse momento, sua assimilação se dá de forma espontânea, aparentemente sem imposições. A Cartilha FUNAPATRI tende a capacitar os vilaboenses esclarecendo-os e orientando-os sobre as responsabilidades das entidades públicas e da sociedade civil na questão patrimonial, de acordo com as normas legais, intenção de fortalecer a cultura organizacional do município.

Já o documento Estudo de Competitividade poderia ser a base para os novos posicionamentos do município, tendo em vista que ao fazer uma análise dos pontos fortes e pontos fracos da Cidade de Goiás. Tal iniciativa possibilitará a análise de quais aspectos que devem ser melhorados, para atender as necessidades, de acordo com o que é valorizado no turismo para o turista.

Ao final desse estudo foi possível identificar como foram importantes as ações realizadas na Cidade de Goiás para aquisição do título de Patrimônio Histórico da

Humanidade. Foi possível perceber que esse mérito aconteceu com um trabalho realizado no longo prazo e demandou muita disciplina e esforço da sociedade civil e do poder público. A intenção do estudo não foi esgotar as abordagens de pesquisa, mas valorizar a organização das ações entendendo que o turismo é uma atividade extremamente dinâmica e carece de adaptações estratégicas constantemente para se manter sustentável.

A preocupação com a adaptação estratégica não se dá apenas em contextos nacionais, mas existe uma atenção especial com essa prática nos países europeus, como é o caso de Portugal e Espanha, com a constante reinvenção do turismo cultural, porque perceberam que só assim podem se sobressair com os seus produtos e serviços junto aos seus concorrentes.

Na pesquisa foi possível perceber que na década de 1960, as adaptações estratégicas do IPHAN estavam voltadas em criar casas de cultura e recuperar espaços físicos que tivessem alguma representatividade histórica e artística para a cultura brasileira. Já a OVAT buscou reinventar a Semana Santa, tendo a Procissão do Fogaréu o principal evento, por meio de um levantamento de documentos que pudessem possibilitar uma organização capaz de aglomerar a comunidade vilaboense.

No decorrer das décadas de 60 e 70, verificou-se que as adaptações estratégicas se voltaram para a reorganização de eventos religiosos e a inserção de músicas de artistas goianos em outros tipos de eventos, como, por exemplo, as serenatas. Espaços comuns, com pouca importância, se tornaram protegidos pelo IPHAN e considerados conjuntos paisagísticos que foram inscritos no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, tendo ligação com os prédios tombados, deixando de ser patrimônio comum e dando os contornos do centro histórico da Cidade de Goiás.

A ênfase no cuidado dos bens patrimoniais aumentou na década de 1970 com a manutenção, restauração, revitalização e gestão da área protegida e o tombamento. A adaptação desses espaços uma estratégia que possibilitou sua abertura para visitação turística. Na década de 1980, para ter maior controle sobre o patrimônio cultural, o IPHAN se estabelece com a fixação de um escritório na Cidade de Goiás. Nesse período houve uma preocupação em reforçar uma cultura

organizacional, desenvolvendo um trabalho de educação patrimonial.

Nas décadas de 1990 a 2011, as adaptações estratégicas focaram a consolidação das ações já estabelecidas na tentativa de fortalecer o patrimônio cultural do município. Ou seja, o setor público viabilizou recursos financeiros para a preservação e a manutenção dos prédios históricos e das residências, pois essas ações faziam parte conjunto de práticas que tinha como meta, a aquisição do título de Patrimônio Histórico da Humanidade.

A criação do Festival Internacional de Cinema Ambiental foi uma das maiores ações nesse período, pois se trata de um evento de grande porte com potencial de atratividade turística que em 2013 vai para a sua décima quinta edição.

A análise e exposição dos períodos realizada a partir da década de 1950 até 2011 procuraram mostrar ações que ocorreram na Cidade de Goiás, ora motivados pelo contexto externo, ora pelo interno, que envolvera sua reestruturação e adaptação interna às mudanças no arranjo institucional do patrimônio cultural brasileiro.

As transformações na estrutura organizacional do município com o tombamento dos prédios históricos e a valorização das paisagens como agentes constituintes da memória do povo goiano, desencadeou o reconhecimento do centro histórico da Cidade de Goiás, valorizando ainda mais a cultura goiana. A partir daí, ocorreu a preocupação com uma política de marketing, tendo como principal objetivo atrair os turistas para a cidade. O IPHAN é um dos potencializadores que visa em suas ações, além de fiscalizar e preservar o patrimônio cultural, o desenvolvimento sócio-econômico-cultural local, mas isso não quer dizer que o papel do IPHAN não seja constantemente questionado pela sua forma de atuação, por parte da sociedade perceber exageros na conduta desta instituição.

Foi percebido também que o fluxo de pesquisadores que visitam o município fazem parte de um grupo partícipe do processo turístico, tendo em vista que além de frequentarem a cidade com uma certa constância, são importantes divulgadores da cidade nas pesquisas. Na Fundação Educacional Cidade de Goiás - Frei São Simão, há uma grande quantidade de documentos que ainda não foram utilizados em nenhum tipo de pesquisa, isso quer dizer que, a fundação se torna mais um atrativo

no município, promovendo futuramente pesquisas de mestrado e doutorado, assim que os documentos estiverem disponíveis.

A falta de recursos e a pouca divulgação por meio de propagandas que apresentam a Cidade de Goiás e o que ela dispõe de atrativos para o turista. Essa seria uma importante estratégia que a instituição entende como eficiente. Porém, para que aconteça com frequência essa estratégia, foi entendido que há uma dependência do estado de Goiás e da prefeitura para assumir tal responsabilidade.

Enfim, pôde-se perceber que no município a sociedade busca pelas entidades representativas para que os grupos representados se fortaleçam e, com isso, possam adquirir representatividade para lutar pelas suas demandas. Isso ficou evidente quando um grupo, denominado Grupo Gestor, organizado por vários representantes dos segmentos da sociedade, em uma reunião, que ocorreu no mês de setembro de 2012, antes das eleições municipais, se articulavam com o intuito de fazer com que o (a) prefeito (a) eleito (o) se comprometesse com iniciativas que valorizassem o turismo da Cidade de Goiás. Nessa mesma reunião, ações que já deveriam ter uma estrutura tática consolidada, como marketing e estratégia voltadas ao turismo cultural, foram discutidas como se o turismo tivesse chegado ao município naquele momento.

É justamente por isso que vale a pena reforçar a dinâmica das estratégias para o turismo, para que as ações utilizadas não caiam em desuso. Na reunião do Grupo Gestor percebeu-se o quanto o pensamento estratégico é flexível, dinâmico e deve ser projetado por equipes multidisciplinares constantemente.

Sugestões para trabalhos futuros

A pesquisa realizada abordou uma sequência de adaptações estratégicas voltadas ao turismo na Cidade de Goiás, tendo em vista que, cada vez mais, os municípios adquirem uma função empreendedora e, contudo, necessitam de novas análises nas suas reformulações, na sua forma de atuar, ou seja, precisa mudar o seu posicionamento adaptando estrategicamente para novas realidades. Nesse contexto, não se pode esquecer o papel de grupos da sociedade civil, que podem

atuar no Terceiro Setor, dispendo de anseios para sanar as demandas sociais existentes. Dentro dessa perspectiva, busca-se incentivar pesquisas tendo como foco os processos de adaptação estratégica nos entes públicos ou em organizações públicas e a participação do Terceiro Setor nas ações, para satisfazer necessidades vigentes no âmbito produtivo.

REFERÊNCIAS

- ANDION, Maria Carolina; FAVA, Rubens. **Planejamento Estratégico**. Coleção Gestão Empresarial. Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Bom Jesus, pp. 27-38, 2002.
- ARENDIT, Ednílson José. **Introdução à economia do turismo**. 2 ed. Campinas, SP: Alínea, 2000.
- BRASIL. **Constituição do Brasil (1988)**. 2 ed. Brasília: Horizonte Editora, 1988.
- BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989.
- BORGES, Fabiana Craveiro Silva Ferraz. **A Cidade de Goiás e o turismo: um estudo do patrimônio na organização da atividade turística no município**. Balneário Camburiú, 2010.
- CAETANO, Vanuza Pereira de Vasconcelos. **Análise da sustentabilidade ambiental dos atrativos naturais em propriedades naturais na Cidade de Goiás**. Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2000. <http://www.ueg.br/6>.
- CAMPOS, Francisco Itami. **Goiânia: uma estratégia de poder**. In: BOTELHO, Tarcísio R. (Org). *Goiânia: cidade pensada*. Goiânia: Ed. UFG, 2002.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional**. In: *Revista do patrimônio histórico artístico nacional*. N° 23, Cidade. 1994.
- CARVALHO, Eugênio Resende de. **Construções de Goiânia** IN BOTELHO, Tarcísio R. (Org). *Goiânia: Cidade pensada*. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.
- CARVALHO, Kristiane Cêra. **A Pequena Empresa e seu Ambiente Organizacional: construção de um mapa das práticas dos dirigentes de uma empresa de tecnologia da informação com base na Teoria da Dependência de Recursos e na Teoria Institucional**. São Carlos, 2010.
- COELHO, Gustavo Neiva. **Goiás: uma reflexão sobre a formação do espaço urbano**. Goiânia: Editora UCG, 1999.
- CUNHA, C.J.C.A. **Adaptação estratégica organizacional em ambiente turbulento**. Trabalho apresentado para o Concurso de Professor Titular – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção – Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.
- D'AVENI, R. **Hipercompetição: estratégias para dominar a dinâmica do mercado**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1995.
- DELGADO, Andréa Ferreira. **Goiás - a invenção da cidade como "Patrimônio da Humanidade" IN: Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 11, n° 23,

Jan/Jun, pp. 113-143, 2005.

DOSSIÊ: proposição de inscrição da Cidade de Goiás na lista do Patrimônio da Humanidade. Goiânia: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, 1999. 1 CD-ROM.

FRANCO, Flávio Ney da Silva. **O processo de adaptação estratégica da companhia paranaense de energia às mudanças do arranjo institucional do setor elétrico brasileiro.** Florianópolis, 2002. (CORRIGIR A APRESENTAÇÃO DA REFERÊNCIA)

FREEMAN, John. Efficiency ad rationality in organizations. **Administrative Science Quaterly**, n.44, pp.163-175. 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HENDERSON, B. D. **As origens da estratégia.** In: MONTGOMERY, C. A.; PORTER, M. *Estratégia: a busca da vantagem competitiva.* Rio de Janeiro: Campus, 1988.

HENRIQUES, C. (2007), "**Turismo cultural e desenvolvimento local: uma relação criativa?**", 13º Congresso da APDR – Actas do Congresso (CD-ROM), Ilha Terceira, Açores, 24 pp.

LINDSAY, C. A theory of government enterprise. **Journal of Political Economy**, v.84, pp.1061-1077. 1976.

LUVAAS, Jay. **Frederico, o grande e a arte da guerra.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001, 360 p.

MAGALHÃES, Aloísio. **Bens culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso.** *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 20, pp. 40-44, 1984.

MANZINI, E.J. **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros.** Dpto de Educação Especial, Programa de Pós-Graduação em Educação, Unesp. Marília.

MEC-Sphan. Pró-Memória. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória.** Brasília, 1980.

Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina: eduel, 2003. pp.11-25.

MENDES, Aderrone Vieira. **Adaptação estratégica nas empresas transportadoras de valores: um estudo de caso na cidade de Goiânia-Goiás.** Florianópolis, 2002.

MILLES, R.H.; SNOW. C.C. **Organizational strategy, structure, and process.** McGraw-Hill, 1978.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. **Brasília, rainha do planalto:** História de Brasília para grandes e pequenos. Brasília: Itiquira, 1975.

MOTTA, F.C.P. **Teoria das organizações: evolução e crítica.** 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. **A casa como universo de fronteira.** Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2004.

OSÓRIO, António, et. al. **A eficiência econômica nas empresas públicas e privadas:** uma análise comparada. In: III CONGRESSO DOS ECONOMISTAS DA LÍNGUA PORTUGUESA, Macau, Anais, 1998.

PÁDUA, Andréia Aparecida Silva de. **Migração, expansão demográfica e desenvolvimento econômico em Goiás.** Goiânia, 2008.

PALACIN, Luíz. **História de Goiás.** 6 ed. Goiânia: Editora UCG, 1994.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental.** Revista Brasileira de História, Vol.26, n.51, São Paulo, Jan./June, 2006.

PEREGRINO, Miriane. **Cenário de conflitos: disputas no campo da cultura (1970-1979).** Cadernos de Iniciação Científica 3. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.

REIS, Arthur. **“O Culto ao Passado num Mundo de Renovação”.** In: Revista Brasileira de Cultura. Rio de Janeiro: outubro/dezembro de 1969. PP. 57-68 p. 59

RIBEIRO, J. Cadima; REMOALDO, Paula Cristina. **Patrimônio Cultural e Estratégia de desenvolvimento turístico da cidade de Guimarães.** Comunicação foi apresentada no II Congresso Internacional Casa Nobre: um Patrimônio para o Futuro, que teve lugar na Casa das Artes de Arcos de Valdevez, a 14 e 15 de Novembro de 2008.

SANTOS, Casius da Silva, WOITCHUNAS, Lucinéia Felipin, SOARES, Júlio César Valandro. **Estudo da Adaptação Estratégica em uma Rede de Cooperação: o caso da Rede Agivest.** Revista de Estudos de Administração. Editora Unijuí. Ano 09; nº 18; jan/jun; pp. 83-107. 2009.

SCHEIN, E. H. **Organizational culture and leadership.** pp. 3-15, 2.ed. San Francisco: Jossey-Bass, 1992.

SOUZA, Alfredo Luiz de. **Adaptação estratégica no setor elétrico brasileiro: o caso da unidade regional de produção e comercialização de tucuruí (eletronorte).** Florianópolis, 2004.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. **Max Weber: o processo de racionalização e o desencantamento do trabalho nas organizações contemporâneas**. Revista de Administração Pública, RAP — Rio de Janeiro 43(4):897-918, JUL./AGO. 2009

THOMPSON, Arthur; STRICKLAND, III J. **Planejamento estratégico: elaboração, implementação e execução**. São Paulo: Pioneira, 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VADILLO LOBO, E. “El turismo cultural en España”, Congresso Internacional – Turismo Cultural e Religioso – **Oportunidades e Desafios para o Século XXI**, Actas do Congresso, Abílio Vilaça e Varico Pereira (Eds.), TUREL/TCR, pp. 63-64, 2008.

WOOD, Jr., Thomaz. CURADO, Isabela B. CAMPOS, Humberto Marcelo de. Vencendo a crise: mudança organizacional na Rhodia Farma. In: WOOD, JR. Thomaz (Coord.). **Mudança organizacional**. São Paulo: Atlas e Coopers e Lybrand, pp.188-216, 1995.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e método**. 2ª edição. Tradução: Daniel Grassi. Bookman, 2001.

ZANIRATO, Silvia Helena. **Usos sociais do patrimônio cultural e natural IN: Patrimônio e Memória**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 5, n.1, pp. 145-160 - out. 2009.

Entrevistas

Jornal consultado

Diário da Manhã, 30 de junho de 2001

Sítios visitados

<http://www.ibge.gov.br>, Acesso em fevereiro de.2011.

http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=165, Acesso em novembro de.2012.

<http://www.goiasturismo.go.gov.br/>, Acesso em novembro de.2011.

<http://www.seplan.go.gov.br/sepim>, (SEPLAN/SEPIM) .Acesso em maio de 2011.

<http://www.soportugues.com.br/secoes/seman/seman4.php>. Acesso em maio de 2013.

<http://www/fica.art.br/o-festival/> Acesso em abril de 2013.

<http://turismohistorico.wordpress.com>. Acesso em junho de 2013.

<http://www.mp.go.gov.br/portalweb/conteudo.jsp?page=26&conteudo=conteudo/4f94>

9009e6d408c715239733d4f0e553.html. Acesso em junho de 2013.

http://www.vilaboadegoias.com.br/cidade/fotos_cidades.htm>. Acesso em: junho de 2013.

<http://www.conhecendomuseus.com.br/4o-episodio-museu-das-bandeiras>. Acesso em junho de 2013.

Folders

Folder Semana Santa na Cidade de Goiás, 2013 – Prefeitura Municipal

Cartilha

Cartilha Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural - FUNAPATRI

APÊNDICE

PERGUNTAS ORIENTADORAS DAS ENTREVISTAS

01 - Com a aquisição do título de Patrimônio Histórico da Humanidade quais foram as mudanças no turismo local?

02 - Como a Cidade de Goiás é uma cidade turística e seus recursos são basicamente oriundos dessa atividade, houve algum aumento de investimentos pelo município? Em que momento?

03- Existe alguma parceria entre o poder público e o privado em prol do desenvolvimento da cultura e do turismo? Como ela é realizada? Desde quando ela acontece?

04 - Qual é a relação entre a OVAT e o município?

05 - Como a iniciativa privada encara essa parceria?

06 - Existe alguma orientação sobre o atendimento dos comerciantes aos turistas?

07 - Como é tratado o turismo cultural no Plano Diretor do município?

09 - Quais são os rumos que o turismo cultural da Cidade de Goiás deverá seguir?

Declaração da Instituição co-participante

Autorizo a realização da pesquisa intitulada “Adaptação Estratégica: o caso da Cidade de Goiás”, na Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Frei Simão, CNPJ 05.158.957/0001-06, sito no endereço Rua D’Abadia nº 11, na Cidade de Goiás – GO, telefone (62) 8439 – 7912, email: fatimacancado@hotmail.com.

A ciência da instituição possibilita a realização desta pesquisa, que tem como objetivo: **Analisar as adaptações estratégicas na Cidade de Goiás, ocorridas a partir da década de 1950 até 2011, momento posterior a transferência da capital para Goiânia, em que o município buscava vislumbrar alternativas econômicas, e a importância das ações realizadas para a aquisição do título de Patrimônio Histórico da Humanidade**, fazendo-se necessário a coleta de dados nesta instituição, pois configura importante etapa de elaboração da pesquisa. Para a coleta de dados pretende-se realizar entrevistas. O nome do sujeito participante do questionário será ocultado, garantindo o sigilo nominal da pessoa.

A pesquisa será realizada por Wilson Clério Paulus, telefone de contato (62) 3388-2595, (62) 8428-8588, matriculada no Curso de Mestrado em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, sob a orientação do professor Dr. Ricardo Machado, a fim de desenvolver Dissertação, para obtenção do título de Mestre, sendo esta uma das exigências do curso. No entanto, os pesquisadores garantem que as informações e dados coletados serão utilizados e guardados, exclusivamente para fins previstos no protocolo desta pesquisa.

As próprias questões podem, também, trazer certo desconforto para os entrevistados, risco esse que o pesquisador deverá enfrentar. Além das dificuldades que poderá ocorrer no dia da entrevista, como pressa, agitação, constrangimentos, enfim, uma série de questões particulares que podem interferir em seu resultado. Não haverá problema algum se o sujeito quiser pontuar algum problema ou desconforto, que tenha detectado no decorrer da entrevista podendo ser corrigido no ato da ação. As entrevistas serão previamente agendadas de acordo com a disponibilidade do entrevistado e ocorrerão na residência do pesquisador.

Declaro ter lido e concordar com o parecer ético emitido pelo CEP da Instituição proponente ** CEP UniEVANGÉLICA (em anexo), conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196\96.

Esta instituição esta ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de segurança e bem-estar.

Assinatura e carimbo do responsável institucional

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar de uma pesquisa. Após ser esclarecido sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final desse documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do professor responsável. Em caso de recusa você não participará da pesquisa e não será penalizado de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Título do projeto: **ADAPTAÇÃO ESTRATÉGICA VOLTADA AO TURISMO CULTURAL: O CASO DA CIDADE DE GOIÁS**

Pesquisador Responsável: Dr. Ricardo Luíz Machado

Pesquisador Participante: Wilson Clério Paulus

Telefone: 9090 8428-8588

Caso queira entrar em contato com alguns dos pesquisadores para esclarecer qualquer dúvida, poderá ligar à cobrar a qualquer momento, antes, durante e após o estudo. E caso sinta-se lesado poderá entrar em contato com o COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UniEVANGÉLICA, pelo telefone (62) 3310-6736.

O objetivo da pesquisa é analisar as adaptações estratégicas na Cidade de Goiás, ocorridas a partir da década de 1950 até 2011, momento posterior a transferência da capital para Goiânia, em que o município buscava vislumbrar alternativas econômicas, e a importância das ações realizadas para a aquisição do título de Patrimônio Histórico da Humanidade.

A beleza da Cidade de Goiás atrai pessoas de várias partes do país e do mundo, movimentando um turismo motivado pelo patrimônio cultural e pelo patrimônio natural, fácil de admiração e contemplação por parte dos visitantes. O patrimônio vilaboense adquire reconhecimento da sociedade de forma lenta e gradual, mas foi com a transferência da capital na década de 1930 para Goiânia que a sociedade vilaboense percebeu sua relevância econômica. Com a transferência da capital, a população se sentiu sem perspectivas político-econômicas e a mercê de incertezas diante da configuração política que se instalara no estado de Goiás nos anos subsequentes a 1930.

Vários pesquisadores são atraídos por causa do fértil campo de pesquisa que a cidade proporciona. Os museus, as bibliotecas e o centro histórico favorecem a possibilidade de rememorar um pouco da constituição da história do Estado de Goiás e, porque não dizer, da história do país em seu período colonial. A quantidade e as funções das construções coloniais chamam a atenção, possibilitando a percepção das formas de administração do estado colonial e as formas de divisão de poder na época.

Considerando tudo isso, ao receber o título de Patrimônio Histórico da Humanidade, a Cidade de Goiás também adquire uma grande responsabilidade, que é a de preservar seu patrimônio para o conhecimento das gerações futuras. Nesse sentido, fica difícil dimensionar as responsabilidades do poder público e da sociedade civil, que devem ser compartilhadas. Porém, do que não se pode ter dúvidas é da eficácia das políticas de preservação e conservação do patrimônio material e natural, após uma década de recebimento do título.

Ressaltamos que durante o estudo a (ao) sra. (sr) poderá procurar qualquer pesquisador, e sempre que surgir dúvidas poderá entrar em contato sem constrangimentos. Discordando de qualquer item, terá liberdade de indagar. A sua participação será importante, porém você é livre para desistir a qualquer momento sem nenhum prejuízo a (o) sra.

A coleta de dados bem como a realização das entrevistas serão realizadas mediante sigilo das identidades dos sujeitos participantes, por isso não haverá riscos na realização dos procedimentos.

Após estes esclarecimentos solicitamos os seu consentimento de forma livre para participar dessa pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem:

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Anápolis, _____

Pesquisador responsável

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG (ou Prontuário) n° _____ abaixo assinado, concordo voluntariamente em participar do estudo acima descrito, como sujeito. Declaro ter sido devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador _____ sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação. Foi-me dada a oportunidade de fazer perguntas e recebi telefones para entrar em contato, a cobrar, caso tenha dúvidas. Fui orientado para entrar em contato com o CEP – UniEVANGÉLICA (fone 3310 – 6736), caso me sinta lesado ou prejudicado. Foi-me garantido que não sou obrigado a participar da pesquisa e posso desistir a qualquer momento, sem qualquer penalidade. Recebi uma cópia deste documento.

Anápolis, ____ de _____ de 2012 _____

Assinatura do Sujeito

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite e aceite do sujeito em participar.

Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores)

Nome: _____ Assinatura _____

Nome: _____ Assinatura _____